

A represión franquista en Galicia

Actas dos traballos presentados ao
Congreso da Memoria

Narón,
4 a 7 de decembro de 2003

A represión franquista en Galicia

Actas dos traballos presentados ao Congreso da Memoria
Narón, 4 a 7 de decembro de 2003

COMITÉ CIENTÍFICO
Enrique Barrera Beitia
Eliseo Fernández Fernández
Xosé Manuel Suárez
Manuela Santalla López

Reservados todos os dereitos desta edición para
Asociación Cultural Memoria Histórica Democrática
<http://memoriahistoriademocratica.org>

1ª edición: maio 2005

Deseño e maquetación: Edicións Embora
Ilustración da portada: Alberto Toval

Depósito Legal:

O sistema penitenciário franquista na Galiza e a sua funcionalidade na mecânica repressiva (1939-1945)

Carlos F. Velasco Souto
Universidade d'A Corunha

É propósito deste relatório apontar alguns elementos para umha reflexom acerca de um aspecto até o de agora pouco sistematizado quando se aborda a espinhenta questom da mecânica repressiva no nosso país: a realidade dos cárceres, campos de trabalhos forçados e campos de concentraçom; instituiçons constitutivas, todas elas, do que alguns historiadores espanhóis venhem denominando universo penitenciário do franquismo.

Certamente, nom hai dúvida de que dentro da estratégia de extermínio e terror generalizado que os insurgentes fascistas aplicárom para com os republicanos vencidos, as prisons –entendidas em sentido amplo e incluindo também o sistema concentracionário– desempenhárom um rol de primeríssima magnitude. De facto, os encarceramentos massivos fôrom a primeira manifestaçom da repressom naquelas terras que, como Galiza, se erigírom mui logo em retaguarda do Exército franquista. Como o seria também naquelas outras que o bando autoalcumado nacional foi ganhando progressivamente ao leal no decurso da guerra. Tam grande chegou a ser a populaçom penal em território espanhol que um capelám nada suspeito de desafecçom ao regime, Martín Torrent, a qualificaria em 1942 como “a mais numerosa do mundo”. E, certamente, o número de presos alcançaria em 1940 –na sua cota mais alta– a arrepiante cifra de 280.000, segundo fontes oficiais, dos quais 17.800 eram mulheres. Por riba, este dado refere-se aos presos num momento determinado (o devandito ano 40), mas na altura havia muitos que já saíram das cadeias, entanto outros ingressariam nelas despois: uns 100.000 mais, aproximadamente. No dia 8 de Maio de 1940, o número de reclusos já condenados ascendía a 103.0001.

A vida nos cárceres franquistas: fome, tortura, amoreamento, enfermidade e morte

Os encarceramentos apresentavam, antes de mais, un carácter preventivo: de neutralizaçom do inimigo e evitaçom da formaçom

de núcleos de resistência ou actividades quintacolonistas. Mas nom era essa a sua única funçom. Desde o primeiro momento ficou perfeitamente clara, também, a sua funcionalidade repressiva. A prisom ia-se converter, daí em diante, no autêntico eixo da repressom fascista; numha espécie de microcosmos dessa repressom que se havia tornar referente quotidiano nom só para os presos senom também para os seus familiares, vizinhos e conhecidos, isto é, para toda umha sociedade “conscientemente aterrorizada e politicamente inerte”. A degradaçom e aniquilaçom –tanto física como psicológica– do preso eram as sua finalidade última. O que, por outro lado, nom é de estranhar se temos em conta que os novos amos da situaçom negavam aos republicanos a condiçom de persoas.

Com efeito, o Estado franquista procurou expressa e deliberadamente a humilhaçom dos vencidos. Em consequência, o amontoamento, a sujidade, a tortura, a fome, a enfermidade e o destendimento médico sistemático fôrom as realidades com que houvêrom de conviver forçosamente os internados e internadas nos recintos penitenciários, já fossem cárceres propriamente ditos ou campos de concentraçom. As cadeias, velhas e escanastradas, fôrom sobreutilizadas até dez, vinte ou mesmo cinquenta vezes a sua capacidade originária, de jeito que os reclusos tinham que dormir amoreados em celas e corredores sem ventilaçom, estrados polo cham e na companhia de ratos e mais alimárias típicas dessas contornas. A mais, ante a enxurrada de novos presos que entravam cada dia, foi preciso habilitar umha cheia de recintos carcerários adicionais: castelos, mosteiros, antigos lazaretos, pavilhões desportivos, edifícios oficiais... até barcos; tudo servia para este sinistro fim. Sem contar os campos de concentraçom, de que mais adiante se falará, ou os locais destinados a trabalhos forçados, como minas, aeródromos, pedreiras, etc. As condiçoms de habitabilidade eram, em todos os casos, de um teor semelhante ao que relata Gregorio Sanz: “Eramos doze homes [refere-se à prisom de Lugo] e a cela estava construída para um. A sua forma, quase de sector circular, com a porta na parte mais estreita que dava à galeria interior, e umha janela alta e com reixas na parte contrária. Num dos ângulos havia um burato, utilizado como WC, que os ‘parroquianos’ tinham semi-agachado colocando-lhe umha manta a jeito de cortina. Nas paredes, com cordas e tabuínhas, armaram algo parecido a estantes onde podiam colocar-se pequenos pacotes, e no cham, cabo das paredes, encartavam-se as mantas e algumha pequena colchoneta que durante o dia nos servia de assento, deixando no centro um minúsculo espaço livre para podermos dar alguns passos”. E isto nom no pior dos casos, poisque “se a vida de doze homes confi-

nados numha cela ‘individual’ ou ‘unipessoal’ se fazia difícil, se a impossibilidade de assear-se originava a aparição de nojentos parásitos corporais, facilmente pode deduzir-se o que aconteceria nas celas números um e treze, situadas no baixo, onde cinquenta ou mais reclusos tinham que usufrutuar o cham escasso e mais o ar enrarecido; onde além das múltiplas incomodidades comuns a todas elas se engadia um solo de cimento, constantemente húmido, acaída sementeira para o nascimento de constipados, pulmonias e reumatismos”. Por outra parte, os restos de comida que inevitavelmente caíam ou quedavam introduzidos nas regandixas favoreciam “o desenvolvimento de umha fauna ratonil, transmissora de germes nocivos que nalgumha ocasiom alarmárom mesmo a inumana actuação dos carcereiros”.

Tudo isto nom tinha nada de surpreendente partindo da base de que o recinto carcerário fora projectado para umha população reclusa de cento vinte e cinco persoas e, na altura, albergava mais de oitocentas. Em Ávila, onde estivo preso Ramon de Valenzuela ao remate da guerra, havia mil douscentos internados no sítio previsto para vinte e sete!, para [além do] mais numha cadeia que fora clausurada em tempos da República –sendo directora geral de prisons Victoria Kent– por insalubre e carente das mínimas condições de habitabilidade. Ali, polas noites, dormiam centos de homes no corredor, “unha morea de xente que semellaba unha desas pinturas das bodegas de barcos negreiros do século XVIII”. Em Santiago, nos baixos de Raxoi, a situação nom era melhor: “Éramos moitos os presos, máis de trescentos, pra unha cadea tan pequena”, conta Xerardo Díaz Fernández. E na Ilha de Sam Simom, de por parte, “había nese edificio só seiscentos e pico, seiscentos e pico homes [nalgum momento chegarían a ser mais de mil]. Durmían en tres filas, é dicir, a cabeza para a parede dun lado, outros doutro e outros no medio, ós pés duns. Cando había que saír ó servico ás veces pisábanse pernas, ás veces cabezas...aí pisábase de todo (...) Tiñamos trinta e oito centímetros de anchura para durmir ;Trinta e oito centímetros nada máis! Alí o que daba a volta no medio da brigada xa quedaba sen sitio”. Neste último caso, ao menos, quedava aos reclusos a “compensação” de poderem-se mover um pouco pola ilha –de dimensons bem reduzidas, por outra banda–. Noutros nem isso. De maneira que, se nom queriam ficar tolheitos ou atrofiados, deviam fazer frequentes exercícios gimnásticos, quer nas próprias celas –realizando autênticos milagres, tendo em conta o espaço disponível–, quer nos pátios onde, por certo, em muitas ocasiões eram mantidos à intempérie. O problema destes exercícios ou práticas de distensom era que consumiam as poucas energias de que dispunham aqueles homes e

mulheres encenquenados polas privaçons, e isso aumentava-lhes a fome.

A fome: velaí o mais grande andaço dos presos na Espanha fascista. Pode afirmar-se sem temor a engano que o franquismo condenou a morrer de fome milheiros de prisioneiros. O que ocorre é que nos Registos Cívís se ocultava a verdadeira causa dos falecimentos, fazendo constar caquécia e outros eufemismos no canto de fome pura e simples. E tampouco nesta ocasiom foi algo casual, senom totalmente deliberado e calculado. À parte de umhas raçons alimentares totalmente insuficientes, de contido hipocalórico, a qualidade da dieta era desastrosa e carente de variedade: o rancho limitava-se a pouco mais que caldo de berças –frequentemente em mau estado– aduviado com umhas códias de fabas ou de nabos; decerto umha comida bem similar à que se oferecia como forrage aos animais. Em tais condiçons, nom tardárom em aparecer e estender-se qual mancha de azeite as doenças tipicamente carenciais, como o tifo e a tuberculose que, unidas às produzidas pola falta de higiene (sarna) e de condiçons dignas de habitabilidade e assistência sanitária (bronquite, pulmonia, pneumonia...), seriam companheiras inseparáveis dos reclusos em todo este tempo, dando lugar a taxas de mortalidade absolutamente arrepiantes. Os anos mais negros neste sentido fôrom os de 1941 e 1942, especialmente o inverno dacavalo entre ambos. Na prisom d'A Corunha morrêrom por avitaminose setenta e dous presos, quase o 10% da sua populaçom penal. Muitos homes nom se tinham de pé e alguns suicidárom-se de pura desesperaçom. Havia mesmo quem se auto-lesionava para ir para a enfermaria, onde a raçom era dupla. Em Ávila, é de novo Ramon de Valenzuela a dar conta dos estragos ali produzidos: "(...) a fome era realmente espantosa. Tiñase chegado a tal grao de desnutrición que moitos domingos, na misa obrigatoria en formación, caía algún recluso por avitaminosis". Em Santiago seique a penúria era algo menor, ao menos nos anos imediatamente anteriores. Adjudicava-se aqui para manutença dos presos a quantidade de 1,5 pts. por cabeça. "Con esa peseta con cincoenta céntimos que nos daba [o Director da cadeia], tiñamo-nos que amañar para pagar as tres comidas e aínda aforrar para poder fumar. Desde logo que había que ser un bó economista para facer ese milagro, pro ese milagro facíase". Com tudo, as sequelas do inverno fatídico também se fariam notar, se bem daquela o autor deste relato, Xerardo Díaz Fernández, já ali nom se encontrava. No ex-lazareto de Sam Simom a fome "em menos de três meses causou mais de trescentas vítimas", em palavras de Diego San José. Contribuírom em grande medida a estendê-la as argalhadas do novo Director, que negociava "com contratistas e proveedores sem

escrúpulos as compras do Economato [consistentes em] cereais, hortaliças e peixes em más condições de salubridade cuja compra única –pois nom consentia adquisiçom nengumha encarregada fora da Ilha– impunha aos reclusos”. A mortandade foi de tal calibre que, ao parecer, chegou a pôr em situaçom de alarma a cercana povoaçom de Redondela. “E providencial foi que neste tempo –durante os caliginosos meses de Junho, Julho e Agosto –nom se declarasse na Ilha umha epidémia pestilencial, polas más condições do depósito de cadáveres –um alpendre imundo na mesma beiramar– capaz como muito para quatro corpos e que chegou a ter até doze, por falta de cadaleitos, pois, em negando-se a facilitá-los as funerárias pola demora no pagamento –quando nom falta absoluta– eram fabricados polos mesmos presos”. Em anos mais “bonançosos” –ou menos catastróficos, segundo se mire– a baixa qualidade do rancho nom produzia tragédias tam grossas, mas si andaços de um outro tipo, tal como conta outro dos alojados no complexo penitenciário insular, o galeguista Evaristo António Mosquera: “O rancho da Ilha em tempos de Lago Bua [um dos sucessivos Directores] era bastante mau. Aproveitando os muitos ‘berberechos’ que existiam perto daquele lugar, misturavam-nos com arroz ou com fidéus, produzindo uns amoados, a consequência dos quais era que nós padecésemos numerosas diarreias, que se faziam crónicas”.

Outras consideraçons à parte, o relato destes dous internados em Sam Simom pom de manifesto um feito que alcançaria grande repercussom em muitos presídios galegos e espanhóis daquele tempo e que, como se dixo, coadjuvou em nom pouca medida à catástrofe humanitária que neles se viveu entre finais dos anos 30 e princípios dos 40. Refiro-me à corrupçom das instâncias directivas do sistema de prisons, altamente tolerada polas autoridades franquistas agás naqueles casos extraordinariamente escandalosos que, por chegarem a ser de conhecimento público, podiam danar a image do regime. Nom era só que os recursos destinados à manutença dos presos fossem miseráveis. É que, ainda por riba, se viam emagrecidos pola especulaçom e o latrocínio a cara descoberta dos directores das prisons e mais os seus achegados (com excepçons honrosas, que também as houvo). Sustracçons cara a domicílios particulares de alimentos e petrechos destinados aos reclusos, duplas contabilidades, contrataçom fraudulenta de subministros a baixo preço e inferior qualidade, utilizaçom dos próprios penados para a procura de recursos alimentares de balde (como no caso dos berberechos antes citado)... e assi por diante; todas estas manobras projectavam-se de forma negativa e inexorável sobre uns reclusos desvalidos, cujas penalidades habituais se viam assi notoriamente acrescentadas. Voltaremos mais adiante sobre esta questom.

Polo de agora continuemos com a fome de 1941/42. Esta, naturalmente, atingiu também os cárceres de mulheres. Isabel Rios, reclusa daquela em Saturrarán (Euskal Herría) logo da sua passagem pola cadeia de Santiago recorda que “Por esta época houve no cárcere, nos incontáveis cárceres de Espanha, inúmeros casos de avitaminose. Por causa da deficiente alimentação a gente morria em tal quantidade que a Direcção Geral de Prisons se viu obrigada a tomar medidas para melhorar um pouco o rancho, mandando aos cárceres os meios económicos correspondentes”. A Saturrarán chegaram também esses meios e aqui não se “esfumaram” fruto das corruptelas dos funcionários. Mas sucedeu algo, se não igual, si equivalente nas suas consequências: a Directora do penal, uma monja mercedária, negou-se a admiti-los, disque para fazer méritos na procura de uma condecoração pela sua actuação como administradora da instituição. Por estranho que pareça não foi esta uma atitude ailhada. Diversos Directores de prisões –bem deles corruptos– agiram de idêntica maneira, com a cínica excusa de os presos “já estarem bem atendidos”, a fim de lhes aforrarem ao Estado uns quartinhos e fazerem méritos “patrióticos” perante os seus superiores. A saúde dos prisioneiros era o último que importava. E tratando-se de prisioneiras menos ainda poisque as autoridades fascistas, no seu inveterado desprezo pela condição feminina, decretaram que bastava com fornecer às mulheres o 80% da ração alimentar correspondente aos varões, dado que não eram “elementos produtivos”.

Neste mesmo centro penitenciário –onde, por certo, as únicas presas a não passarem fome eram as bascas, por serem de famílias abastadas e acharem-se, a mais, perto das suas casas– já uns anos antes se padecera um andaço de tifo por causa da contaminação da traída de águas. “Morrerom uma cheia de companheiras. Um carro arrastado por um burrinho ia e vinha levando as nossas companheiras ao cemitério”. Claro que, no tocante a nutrição e higiene, não pareciam gozar de maior consideração os centos de meninos reclusos com as suas mães pela Espanha adiante, muitos dos quais, por não se lhes subministrar leite nem outros alimentos e cuidados adequados, faleciam irremediavelmente –foi este, se quadra, o lado mais dantesco e monstruoso da repressão franquista–. Tampouco os recém-nados acolhidos nos hospícios regentados por religiosas. À mesma Isabel Rios lhe foi comunicado por uma companheira de cativeiro, ama de cria numa destas inclusas, como as criaturas mais entangaranhadas ou enfermas eram deixadas morrer de inanição por ordem das monjas.

Enfim, com mortandades massivas ou sem elas as carências alimentares profundas continuavam a ser uma realidade ainda a

meados da década dos 40. O comunista Manuel Pilhado Martínez, preso no castelo de Sam Filipe, na Ria de Ferrol, entre 1943 e 1945 lembrava ainda hai pouco ter passado fame arreio durante os seus três anos de penado: “No Castelo de Sam Filipe passei muita fame. Eu era o que menos recebia da casa porque à minha família também lhe iam mal as cousas”. A verdade é que durante todo este tempo de guerra e imediata pós-guerra a obsessom pola comida se converteu na prioridade número um de qualquer preso de Franco, umha vez passada a angústia das condenas a morte. Desapareciam as inquedanças políticas, intelectuais e de qualquer outra caste e passavam a primeiro plano as necessidades primárias. Esta animalidade, este efecto da degradaçom no ser humano era, precisamente, um dos grandes objectivos da repressom. E os únicos paliativos, em tais circunstâncias, eram a solidariedade entre os presos e a ajuda das famílias, aspectos ambos dos que existem sólidos testemunhos. “O compañeirismo dentro da prisión –contam António Caeiro, Juan A. González e Clara M^a de Saa– proporcionáballes a forza suficiente para seguir adiante. O medo ós paseos nocturnos, a resolución dun xuízo ou as coléricas predicacións do padre Nieto só podían superarse coa unión existente entre os que habitaban San Simón. Repartíase a comida, prestábanselles as mantas e os colchóns ós que, polas dificultades económicas ou distancia da familia, non podían acceder a tan preciados luxos... só esta unión pode explicar a firmeza e integridade coa que puideron pasar os anos de cativerio”. Neste cárcere, de regime bem mais “suavizado” do que a maioria, chegárom-se a artelhar equipas de futebol, umha coral, umha banda de música; contavam-se contos polas noites... Noutros penais o regulamento era muito mais duro e as possibilidades de sociabilidade organizada –mesmo de espaço– bem menores. Mas também aí a solidariedade funcionava, como pom de relevo, mais umha vez e entre outros, Ramom de Valenzuela no seu relato autobiográfico Era tempo de apandar (Vigo, Eds. A Nosa Terra, 1997).

Quanto aos familiares dos reclusos, tem-se salientado em diversas ocasiões ao longo destas páginas o fulcral que resultou o seu labor de apoio e assistência aos mesmos, mormente protagonizado polas mulheres. Nom poucos salvárom a vida, em última instância, graças aos desvelos dos seus parentes na hora de lhes subministrarem alimento material e espiritual, em forma de comida e conforto, além de outros bens nom menos preçados, como avais de gente influente ou guarda permanente diante das prisons para evitar o seu “passeio”. Valham como testemunho estas palavras de gratitude do Gregório Sanz, bom conhecedor em carne própria do valor destes auxílios extra-carcerários: “Nem

Lúculo, nem Heliogábalo, pudérom jamais saborear os exquisitos pratos que lhes serviam nos seus fastuosos banquetes como nós o fazíamos com as viandas que os nossos familiares, a custa de quem sabe quantos sacrifícios, de quando em vez nos forneciam (...) Tenho plena convicção de que estes jantares extraordinários unidos à plena camaradage com que eram desfrutados e ao optimismo que por todos os meios se tentava manter na Prisom, fôrom a causa de o número de defunções resultar escasso, como também de alguns companheiros reclusos, para os que na rua o frasco de bicarbonato era companheiro inseparável, verem curada a sua úlcera de estômago de jeito definitivo”.

Entretanto, a propaganda do Ministério de Justiça franquista, regentado pelo tradicionalista Estéban Bilbao, afirmava, num alarde de cinismo sem limites, que os cárceres espanhóis eram “um modelo sem par na Europa”, por mais que de portas para dentro –em circulares secretas e reservadas enviadas aos directores das prisons– se reconhecesse que a situação era mui grave. Tal era a “verdade” oficial do regime, conforme à qual os funcionários-carcereiros se permitiam fazer burla dos presos dizendo-lhes que em realidade nom eram reclusos senom “enfermos afortunados a fazerem de balde umha cura de repouso num sanatório”²

Junto à fome e a degradação, a tortura sistemática foi um dos suplícios que invariavelmente tivérom que afrontar os presos da Espanha fascista. A juízo de Francisco Moreno, nunca antes na história de Espanha se tinha posto em prática umha estratégia de tortura massiva como a que levou a cabo o regime de Franco, ao ponto de constituir –canda as execuções e encarceramentos– um dos eixos fundamentais da repressom.

A primeira das modalidades de tortura era a que poderíamos denominar “vingativa”. Habitualmente corria a cargo dos esquadrons da morte falangistas, da “Guardia Cívica” e similares, ou de simples familiares dos “caídos por Dios y por España”. E consistia mais que nada em terroríficas malheiras propinadas aos presos e gentes de esquerdas em geral, tanto antes como depois da sua detenção e quase sempre prévias à abertura das diligências judiciais. Os sindicalistas marinheiros do Morraço e mais o Barbança, entre outros muitos desgraçados, padecérom estas primeiras iras dos vencedores: em Moanha “Estaba toda a patronal reunida na secretaría nosa do sindicato para xusjar a cada un sejún a causa que lle montasen. E a min leváronme ó cuarto de baño... E ó que lle tocaba por turno... cun verjallo daba unha palisa fenomenal”; “Quando se cansava um de zorregar, ia outro. Herniávam-nos, rebentavam-nos... Tudo horroroso.”; em Cangas, “A Rial Hermelo do Piñeiro, que era da Sociedade de Mariñeiros, os fascistas (diri-

xidos polo ‘Come-Galiñas’) déronlle unha paliza tan grande que case o deixan morto (...) Outra noite sentimos berrar a unha persoa que reclamaba auxilio polos golpes que lle daban cos fusís e digo que eran fusís porque sentiamos o chasquido destes. Un dos asasinos dicía: Deixádemo a min, me cago en tal... A pobre vítima era Emilio Rodal [(a) Petiscado, velho dirigente marítimo da CNT, logo assassinado à plena luz do día]”; no Porto do Som, “os falangistas (...) detiveron aos veciños Juan Vidal ‘Cachola’, Salustiano Abeijón ‘Mouján’, José García ‘Cascante’ e Xosé Ramón Sieira, todos homes vellos, de máis de sesenta anos e un alindando nos satenta. Levaron-nos ao local da Falanxe e dimpois de aldraxalos e zorregalos, colgarerxaron-lles, a xeito de escapulario, uns letreiros que decían, por detrás, ‘Arriba España’, e por diante ‘Muera Rusia’. Noutras ocasións, com o gallo de unha detención ou un traslado a prisión, submetía-se o preso a simulacros de fusilamentos ou paseios. Onde nom, a tormentos “menores” como faze-lhe tocar un instrumento musical até lle rebentarem os lábios, obrigá-lo a esborrar pintadas com as unhas ou submetê-los a escárnio público, qual foi o caso dos quatro velhos do Porto do Som devanditos que, logo de zoupados e com cadanseu cartaz infamante ao pescoço fôrom conduzidos, amarrados uns aos outros com unha corda, “en procesión polas ruas da vila. Detrás iba un conjunto que, con tambores, bombos, matracas e outros instrumentos bruiantes, marcaba o paso dos probes vellos, que camiñaban atariñados, cantando por obriga o ‘Cara al Sol’; aos poucos facíanlles berrar forte ‘¡Arriba España! ¡Abajo Rusia! ¡Mueran los rojos!’, ao mesmo tempo que tiñan que erguer o brazo direito ao estilo fascista [entre as burlas e apupos do gentio]”.

A esta forma brutal, primitiva e até certo ponto irracional de tortura, expressom do mais puro “terror em quente” e de ódios –individuais e de classe– longamente alimentados, sobreimporíase mui logo a tortura “judicial” e, algo mais tarde, a propriamente “policial”, mais refinada que as anteriores e progressivamente hegemónica sobre delas, sinaladamente apartir de 1942 com o gallo da posta em funcionamento da policía política da ditadura. Por tortura judicial entendemos aquí aquela que foi aplicada a instâncias dos juízes militares –mesmo, às vezes, na sua presença– em relação directa com os expedientes sumariais a respeito dos sucessos presuntamente “revolucionários” de Julho do 36. A malheira era também neste caso o método habitual e inexcusável. Qualquer trâmite judicial era inconcebível sem a companhia de trompadas e vergalhões mais ou menos tingidos de selvagismo segundo demandassem as circunstâncias. Souberom-no mui bem os presos galegos submetidos a interrogatório: “Unha noite –conta

Ángel Fernández del Río, barbeiro de profissom e concelheiro de Cangas por Izquierda Republicana– chamaron para declarar a Lorenzo Corbacho [canteiro, militante socialista canguês] e Antónío Fernández [alvanel, também socialista], e cando estes regresaron estaban tan flaxelados que tres cuartas partes das suas costas eran feridas sanguentas e non se podían tocar os seus corpos”. Por algo parecido passariam centos, ou miles, entre eles o cenetista Juan Garcia Durám: “Non sei canto durou aquilo; só lembro que saín daquel inferno medio a rastro e coa axuda dun deles”; o deputado socialista madrilenho Luis Rofilanchas, preso no cárcere d’A Coruña e posteriormente fusilado: “Rofilanchas foi acusado d-haber pronunciado un discurso laico no Congreso... O diputado socialista que se negara a nomear defensor e que a súa vez defendía ós outros, pronunciou un informe impresionante encontra os seus verdugos. Ó rematar, Rofilanchas rachando a súa toga, súas roupas interiores, ficouse desnudo de meiocorpo e o púbrico que en gran número asistía á vista prorrumpiu en berros de horror. O peito, a espalda e os brazos do loitador diputado eran unha enorme chaga...”; ou Manuel Pilhado: “Chegou a noite e a tortura seguía sem contemplaçons. Cada momento que passava estaban mais furiosos porque nom conseguían sacar-me nada (...) Cando se cansárom de me darem pancadas, estaba feito um farrapo”. O comum denominador destes últimos relatos é que os seus protagonistas nom “cantárom” ante os verdugos. Esta atitude, mui estendida entre os militantes mais concienciados, excitava a carrage dos torturadores, prolongando as sessons de tormento até limites incríveis. Pero, como contrapartida, constituía um triunfo para os réus que, ao fazerem assi um serviço “à causa” –nom dar informaçom ao inimigo, ou nom delatar um companheiro era fundamental–, viam elevada a sua auto-estima e revalidadas as suas convicçons: “Mais tarde –continua a contar Garcia Durám– vin que arrastraban a Secundino que, saloucando e rinchando os dentes, dixo á miña beira: ‘¡Asasinos! Non dixen nada ¡Nada!’. Este nada, dito con rabia e dignidade de home que non se dobra, que non traizoa, produciume un alivio, unha íntima alegría, facéndome esquecer momentaneamente o meu propio sufrimento. Foi entón, e non antes, cando unhas bágoas comezaron a esvarar polas miñas meixelas. Eran bágoas de emoción, ante o triunfo da dignidade fronte á aldraxe, o sadismo, o crime, e non de dor”.

Até onde sabemos, também na cadeia provincial de Lugo se empregavam látigos nos interrogatórios. Mas o repertório foi, decerto, bem mais amplo no conjunto dos recintos carcerários: “Aqueles indivíduos que eu tinha diante –relata Diego San José– polo simples feito de ter pensado como min, foram flagelados com

floretes; meteram-lhes achas entre os dedos e mistos acesos, deram-lhes tratos de corda nas partes mais sensíveis e dolorosas do seu corpo, até deixá-los impotentes; infligiram-lhes, enfim, inúmeras infâmias sem umha voz humanitária e compassiva se alçar na sua defesa (...) Correntes eléctricas nas partes mais íntimas, agulhas a trespassarem os peitos, irradiações luminosas de alta potência a punçarem os olhos de umha dor insuportável e levarem relâmpagos de loucura ao cérebro”. Desta forma é que se obtinham –quando se obtinham– as declarações auto-inculpatórias dos presos, alguns dos quais, nom podendo aturar tanto suplício acavavam por assinar qualquer cousa que lhes pugessem por diante. À volta às suas celas, os companheiros viam de aliviá-los um pouco com os únicos remédios disponíveis: um pouco de sal e vinagre. Havia-os que quedavam tolheitos de por vida ou, como mal menor, por um tempo: “Dom Celestino Poça Covas [deputado pontevedrês por Uniom Republicana, preso em Sam Simom], o austero médico de admirável temperamento, recorde que tinha regressado de umha azarosa viagem por vários cárceres da província, em que foi submetido a diversas torturas, em resultas delas, quedara-lhe a perda de movimento de umha mam, o que tentava recuperar com grande constância com ajuda de umha pequena bola de goma que esmagava arreio com os dedos para assi mover o devandito membro, o que ia conseguindo passeninho, até chegar a anular completamente o dito mal”.

A miudo, a tortura judicial ia acompanhada, entre sessom e sessom, de tortura psicológica e mostras diversas de crueldade por parte dos carcereiros, como a daquele sádico que lembra San José a ler parsimoniosamente, com mil reviravoltas, o nome dos chamados à sala de torturas ou ao “passeio” nouturno, acrescentando até extremos inimagináveis a angústia e a tensom daqueles malpocados. Um outro método, este mais propriamente físico, consistia em meter na cama ou colchoneta dos presos políticos delinquentes comuns e vagamundos miserentos que as içavam de chinchês, piolhos e mais parásitos; problema este já de seu endémico entre a população reclusa, sem necessidade de recorrer a tam más artes.

De resto, a tortura psicológica –como as expressões de brutalidade– nom se restringia aos prisioneiros. Atingia igualmente os familiares. Assi, por exemplo, quando se produzia o traslado de um detido desde a comissaria ao cárcere, ou deste a um outro recinto penitenciário, nom sempre se especificava aos parentes o novo destino, com o que estes toleavam fazendo averiguações, anguriados e temerosos de um fatal desfecho. Nom era infrequente, mesmo, fazê-los passar por [es]cenas patéticas de saca dos seus seres queridos cara ao paredom de fusilamento, sem conceder-

lhes sequera a oportunidade de lhes darem o adeus derradeiro: “Isto (...) era a saída dos que iam morrer, a quem as suas famílias –que tinham passado a noite em vela às portas da cadeia– acudiam a despedi-los, e a fim de os que ficávamos à espera da nossa hora nom nos apercebermos da saída dos infelizes que iam ser exterminados, levantava-se aquele balbordo informal e discordante, sobre o que predominavam o agrávio e mais o insulto –que em tal ocasiom nom eram tais, senom o nome acaído e merecido dos mandatários e organizadores de tan terrível barafunda–: ‘Assassinos! Verdugos! Criminais!’ E o que mais deprimia o ânimo e fazia sumir-nos em estéreis comentários, fazendo contraponto ao bati-fondo da rua: ‘Meu filho! Pai da minha (i)alma! Papai! Papai! Deixádeme ir com ele!’ E, de súpeto, como um reflexo daquela maré humana, movida pola dor, a angúria e mais o ódio, o patear de umha multitude à desbandada, e o metálico ruje-ruje dos fuis prontos a disparar sobre centos de mulheres indefensas e meninhos atemorizados que iam dar o derradeiro adeus aos seus seres queridos que o fanatismo político e religioso lançava sem piedade à morte. E aproveitando aqueles momentos de pânico, o arrancar dos coches que partiam a fume de caroço, deixando um trágico ronsel de bágoas e de ais”³.

Igualmente angustiosa resultava para os presos a espera tensa, durante as noites dos primeiros meses de cativério, da irrupçom nas celas das “esquadras do mencer” que, lanterna em ristre, perturbavam o sono inquieto dos penados na procura selectiva de “passeáveis”. De novo é o Xerardo Díaz Fernández a retratar-nos a situaçom: “Findara a anguria pra substituí-la por algo peor. O meu corazón xa non sei se latexa ou non, estou como si estivera voando nunha fía nube e sentín que me xeaba o medo, sí, xeaba-me o corpo e ialma; non podo movélos brazos porque os músculos xa non obedecen ao cerebro; estóu metido nunha catalesia de dor; mais algo que non podo describir, ríse dentro de min; non teño folgos nin para chorar, e menos pra berrar. Teño medo, un medo noxento que me fai tremar, que me fai sudar e que me seca a boca; trago cuspe e síntome cobarde porque estou cheo de medo. Por uns segundos non sinto máis que unha leve sensación de mornura doente, coma si meestivera achegando ao valeiro pra buscar refuxio o meu esmorecemento”. Claro que nom menos terrorífica, tampouco, era a perspectiva de serem linchados pola multitude adocida nos dias imediatamente posteriores ao triunfo do alzamiento. Tentativas deste tipo deveu haver bastantes, a julgar pola relativa abundância de testemunhos em tal sentido. Normalmente produziám-se com o galho da tomada polo Exército nacional de algunha cidade importante anteriormente em mans republicanas,

no meio da ferventia patriótico-histerizante provida polas autoridades fascistas em tais occasions. E participavam nelas gentes do toda caste: unhas, as arma-danças do cotarro, por pura convicçom; outras, aguilhoadas polo frenessí da Victoria e o clima de ódio contra os roxos; outras ainda, vira-chaquetas declaradas, por intimidaçom, covardia, oportunismo ou “para nom desentoar”, evitando assi tornarem-se suspeitosos perante os “manda-mais” de turno. A respeito destas últimas, por certo, som constantes os comentos decepçionados de diversos prisioneiros, a afirmarem que nunca teriam imaginado tamanhas mostras de vileza –ou outras similares– em muitos dos seus convizinhos. Também nom era inusual que, coincidindo com certas efemérides –patrióticas ou anti-patrióticas, segundo os casos– se organizassem sacas-extra de presos. Nom temos plena certeza de que isto acontecesse na Galiza, mas si, por exemplo, em Madrid, com motivo do traslado a esta capital dos restos de José Antonio Primo de Rivera, em 1939, ou da “[contra]comemoraçom” do 14 de Abril de 1940. (Com anterioridade, a notícia do fusilamento do dirigente falangista, em 1937, fora seguida de um furioso bombardeamento da aviaçom fascista sobre Alacant, do que nom se livrárom objectivos tam puramente militares como os hospitais e mais o mercado).

Para cúmulo de males, estes actos vandálicos adoitavam produzir-se à par da chegada de notícias tétricas e desalentadoras relativas ao retrocesso em todas as frentes do Exército Popular Republicano, consolidaçom do regime fascista, assassinato de pessoas próximas e conhecidas... que minava ainda mais a moral dos reclusos. Assi e tudo, seique a convicçom da maioria destes acerca do triunfo final da Espanha democrática se manteve incólume –se quadra como efeito-reflexo defensivo– até pouco antes de acabar a guerra civil, cobrando novos brios com o estalido da II Guerra Mundial –considerada por todos como a continuaçom da conflagraçom espanhola– e trocando-se em desmoralizaçom definitiva quando, em 1946, os aliados renunciárom a derrocar o regime de Franco. “Nunca cheguei a pensar, naquele tempo, –comenta com amargura Ramon de Valenzuela, ex-oficial do SIEP do Exército Republicano– que os aliados, cando remataron a guerra, esqueceríanse de que aquela súa guerra era a mesma da que nós perderamos unha batalla. Se tal soupera non llo facería saber a eles ou, polo menos, penso que non. Sería criminoso amostralles que todo o seu heroísmo [o dos resistentes e prisioneiros espanhóis] levado ó cumio podería ser vendido ou cambeado como nun trato de feira”. Apartir daí já nom coubo dúvida nengumha da derrota da causa democrática em Espanha, e nom por muitos dos seus partidários terem saído já das prisons o panorama resultava mais alentador.

Pero o tormento psicológico mais duro –acaso expressom suprema da tortura judicial– padecérom-no sem dúvida os condenados a morte. Uns dias antes da execuçom, estes eram segregados dos seus companheiros de prisom e reclusos numha cela especial (o famoso salgadoiro do cárcere de Santiago) em regime de inco-municação, onde só lhes cabia aguardar, impotentes, o seu trágico destino. E nem sequer assi os deixavam em paz com o seu deses-pero pois ainda por riba, como vímos, tinham que aturar o axexo de capeláns irrespeitosos que, como o tantas vezes referido padre Nieto, ou o tristemente célebre padre Bonifácio, de Compostela, se ensanhavam com eles nas últimas horas.

As mulheres constituíam um capítulo à parte neste repertório de infâmias judicialmente amparadas. E nom por receberem melhor trato, ou serem objecto de maior piedade, senom justa-mente polo contrário. Os verdugos cebárom-se nelas sem conside-raçons de nengum tipo, estivessem empenhadas ou nom, de jeito que nom fôrom estranhos nos presidios os casos de abortos em resultas de torturas, às vezes atendidos por médicos amigos igual-mente reclusos. Para além disso, o acosso, as chantages sexuais e as violaçons estivérom à orde do dia⁴. Polo que parece, o trato de singular dureza aplicado às prisioneiras em estado de gravidez, ou com criaturas de curta idade a convivirem com elas no cárcere, tivo como fonte de inspiraçom principal as propostas de “eugenésia positiva da hispanidade” da autoria do psiquiatra e comandante do Exército franquista Antonio Vallejo Nágera. Este científico, com renome internacional desde os anos 20, era abertamente partidário de umha regeneraçom ambiental da raça hispana que ele conside-rava degenerada –psiquica, cultural e mesmo fisicamente– por causa de um entorno hostil ou, dito de outro jeito, de um adver-sário histórico persistente desde a época medieval, que na altura dos anos 30 aparecia encarnado pola democracia republicana. O método que propunha para tal regeneraçom nom era outro que “multiplicar o selectos e deixar perecer os febles”, entendendo por febles os inimigos políticos, quer dizer, os marxistas e roxos em geral. E como de todos os jeitos alguns destes últimos iam sobre-viver, para eles se concibia a reclusom em centros assistenciais adequados (os pertencentes às redes falangista ou nacional-cató-lica) em que se lhes inculcasse “umha exaltaçom das qualidades biopsíquicas raciais e eliminaçom dos factores ambientais que no decorrer das geraçons conduzem à degeneraçom do biotipo”. Pois bem, esta proposta teórica tam em consonância, salvando certos detalhes, com os postulados mais delirantes da psiquiatria názi careceria de maior transcendência se nom fosse porque, devida-mente apoiada num programa de investigaçom empírica que

tomou como objecto de estudo os próprios presos e presas, permitiu à ditadura fascista fundamentar “cientificamente a sua convicção preestabelecida da natureza psicosocial degenerativa e inferior do adversário político; e o que é pior, foi levada à prática em qualidade de doutrina oficial do Estado⁵. Este feito é o que permite compreender o porquê de umha directriz política tam atroz como a de fazer abortar os futuros roxos no ventre da nai ou deixá-los morrer de inanição, sendo ainda meninhos, nas prisons. Os obreiros conscientes, os comunistas, as classes populares, os demócratas... nom eram gente, nom eram nada... ; melhor dito, si eram algo: escória a exterminar, anti-Espanha, restrobalho. Como muito podia-se-lhes consentir –posto que a sua eliminação em massa nom semelhava viável– a vida em condições miseráveis, arrastando de por vida a sua desonra e legando aos seus filhos “um apelido infame”; e, por suposto, afastando drasticamente as novas gerações do seu entorno familiar “dissolvente”. Por macabra ironia do destino, o mesmo regime que assassinava os pais (ou nais, ou ambos os dous) fazia “caridade” com os filhos, internando-os em centros “benéficos”⁶.

A terceira e última modalidade de tortura praticada polo fascismo na nossa terra foi a “policia”. O seu âmbito temporal de aplicação foi, mormente, posterior ao remate da guerra, coincidindo com a fundação, em 1942, da policia política do franquismo –a imitação da Gestapo alemã– e a promulgação, no ano anterior, da Lei de Segurança do Estado. As suas vítimas já nom fôrom neste caso os detidos por responsabilidades políticas presuntamente contraídas antes do 18 de Julho de 1936, senom os acusados e acusadas de actividades de oposição política clandestina ao regime de Franco (por mais que em muitas ocasiões fossem as mesmas pessoas). A diferença a respeito da tortura do período anterior nom estriba tanto nos métodos nem na sua brutalidade –que eram sustancialmente os mesmos–, senom na “ciência” com que se administrava: a dor precisa no momento preciso para a informação precisa. As malheiras a oito e sem freio de outrora já nom serviam agora –mália nom desaparecerem em absoluto– pois o único que conseguiam era o rápido desmaio de réu sem lhe dar tempo a “cantar”. Na sua vez impunha-se a sábia dosificação dos golpes e mais “estímulos”, igualmente sinistra pero mais eficaz. Seja como for, os resultados para o atormentado eram demolidores. O jovem José Rios Gómez, natural da Pontraga (Ordes), que actuava como enlace da IV Agrupação do Exército Guerrilheiro de Galiza ao mando de Manuel Ponte, tivo a desgraça de comprová-lo na segunda metade dos 40. Quando o seu companheiro José Candal Bouças se reuniu com ele na prisão de Ordes, “encontrou-

no desfeito pola tortura. Tinha hematomas por toda a cara e polo tórax. Os pés esmagados polos golpes com a culata dos mosquetons. As unhas arrincadas. Achava-se numha situação limite. Ao borde do colapso. Sangrava como um nazareno”. Dias despois, o infortunado lutador suicidava-se chimpando-se a um poço sem que o seu companheiro pudesse fazer nada por evitá-lo. Parecido teor translocem os relatos enviados desde o cárcere polos dirigentes comunistas Segundo Vilaboi e José Gómez Gaioso, em 1947 e 1948 respectivamente, se bem neste caso os seus protagonistas logrârom suportar a tortura (o que nom lhes livrou, claro está, de serem finalmente assassinados)⁷.

Todos os testemunhos coincidem em afirmar que, polo regular, os presos condenados a morte afrontavam o transe supremo com enorme inteireza e dignidade. “Em geral –comenta Gregório Sanz– a reacção das vítimas foi em todos os casos que eu presenciei de umha calma arrepiante. Qual se de umha outra persoa se tratasse, a maioria amostrárom-se tranquilos, impávidos, serenos, ditando aos seus defensores os seus últimos pensamentos, as suas derradeiras instruções para serem transmitidas aos seus familiares, e expressando os seus desejos de se aligeirarem os trâmites finais para a execução, de esta nom se demorar por nengum conceito. Jamais poderei esquecer de que forma, com que sossego, com quanta frialdade, um deles tirou do peto um cigarro e apartando somentes tres deles deu-me o resto pregando-me o entregasse a um companheiro mais afortunado, ao tempo que dizia: ‘Com estes tenho de avondo’. Escutavam com indiferença o capelám e ofreciam submissos as suas mans aos guardas civis que os haviam levar algemados até ao lugar cercano da sua execução”. “Assi adoitavam morrer os filhos da República”, que diria Diego San José. Ora, também houve algum “que ao ouvir a sentença manifestou energicamente que se cometia umha injustiça, que era vítima da mais ignominiosa das vinganças, que quem verdadeiramente mereciam a execução eram os seus acusadores; que o seu sangue inocente havia ser a semente que germolaria generosamente dando lugar num futuro mais ou menos próximo ao nascimento de novos ideais vingadores e aniquiladores da tirania de que ele era vítima. E fazia estas manifestações com a cabeça ergueita, com brilho nos olhos, com pasmosa seriedade, com o mais firme convencimento de que era a expressom exacta da verdade e de que a História e mais o porvir haveriam justificá-lo”. Esta última maneira de proceder era característica dos homes e mulheres provistos de umha meirande consciência política e firmeza nos seus ideais que, sobrepondo-se ao próprio medo, deixavam testemunho expresso das suas convicções, procurando

dar exemplo perante os mais e insuflando-lhes, de passage, esperança no futuro. As cartas derradeiras de personagens como Vitor Casas, Alexandre Bóveda, ou o alcaide guardês Brasilino Álvarez transmitem, no meio do patetismo e a dor, este espírito positivo. Nom fôrom as únicas. As serenas palavras de despedida do dirigente cenetista José Villaverde quedariam ecoando nos muros da prisom provincial d'A Corunha como um chamamento à solidariedade e umha aposta pola liberdade das geraçons futuras: "Companheiros! Amigos todos! Os que fiquedes lembrade-vos dos filhos dos que nos imos..."

Naturalmente, nom todo o mundo era quem de manter até tal ponto a compostura. Havia quem, com os nervos quebrados, estalava em saloucos ou dava via livre à sua angústia de diversas maneiras, desde o mutismo autista, passando por estádios próximos à alucinaçom, até a mesma loucura. Contudo, as [es]cenas mais patéticas adoitavam dar-se por parte dos familiares dos condenados ao receberem a trágica notícia da sua futura execuçom: "alí vin un cadro que enxamais esquenceréi. Unha velliña sentada nunha cadeira acariñaba os cabelos do seu fillo que, de xoennllos, repousa a sua cabeza no regazo da sua nai; cos seus brazos rodea o corpo da vella e ambos choran con acidume. 'Non chores miña nai que eu non teño medo'. 'Non chores ti, queridiño; non tes por qué ter medo, a ti non che van facer nada. Meu pequenino!'. 'Non, nai, non! Van-me matare, non sabes que me condenaron a morte?'. 'Non, meu filliño, a ti non che poden matar! Ti non fixeches mal a ninguén...'. 'Sí, nai, sí! Van-me fusilare! Tamén a Ramón e ao Enrique... aos tres'. 'Ai Deus! Por qué? Non pode ser, non! Non chores fillo...!'. Mais as bágoas saían abondosas dos ollos de ambos, queimantes... O mozo somentes tiña vinte anos. 'Non teñas mágoa, naiciña, que eu xa non teño medo. Ao millor indúltanme por ser moi xoven; e si non... algunha vez tiña que morrer... Non chores, nai, non chores!'. Pro choraban os dous. Aquel grupo humán cinguido naquela aperta mezclando as suas bágoas, estaba acusando á inxusticia e á tiranía, a toda a maldade que Deus deixou ceibe polo mundo"⁷⁸.

Em qualquer caso, a tensom acumulada era muita e isto, unido ao amoreamento, produzia esporádicas tensons entre os presos –acompanhadas às vezes, quando era possível, de desafogos catárticos com apoio etílico– e mesmo suicídios por afundimento psíquico. Mencionou-se umhas linhas mais atrás o caso de José Rios na prisom de Ordes. García Durám, no tocante à d'A Corunha, dá conta assimesmo de várias tentativas de tirar-se a vida por parte de compaheiros seus de cativério, já deixando-se "apagar" devagarinho –por terem perdido a ilusom de viver–, já chimpando-se ao

vazio desde os andares superiores para “acabar de umha vez” com a tortura da fome, a degradação e a falha de liberdade. Também na Ilha de Sam Simom se registárom suicídios, nomeadamente entre os presos mais anciãos e desvalidos procedentes de Andaluzia. Certamente, a indução ao suicídio nom era senom umha consequência extrema, directa ou indirecta, da repressão e das torturas⁹.

Conseguir resistir tudo isto dependia de diversos factores, nom sendo o menos importante a assistência dos familiares desde o exterior, a que tantas vezes temos feito referência. A ajuda material em forma de comida e roupa de abrigo e, sobretudo o apoio e agarimo brindado pola parentela resultavam fundamentais na hora de afrontar as penúrias físicas, as extorsões dos curas e mais agentes do regime –por exemplo, para animar os reclusos a alistarem-se no Tercio– ou o mesmo medo, mais ou menos permanente, ao maltrato e arbitrariedades dos carcereiros. Nada resultava mais indefenso ante os verdugos, nem mais penoso ante os próprios companheiros, que um preso só e abandonado dos seus: “Todos os fusilamentos –fala Xerardo Díaz– foron inxustos (...), pro ese [o de um moço noiês alcumado O Cantino] foi o máis odioso e arbitrario, o que máis xenreira me dou, porque ese probe rapaz non tivo à súa beira durante o Consello [de Guerra] nin en ningún outro intre, a ninguén que viñera a dar-lle un sopro de alento, un nisco de conforto. E dá tristura cavar que o Cantino, ca súa xuventude, estaba cheo de arelos de vivir con intensidade, mais tódalas súas ilusións finaron con el”. Também a leitura, o estudo e mais o trabalho na prisom –quando possíveis– ajudavam a sobrelevar a situação. No penal herculino, conta outra volta Garcia Durán, “É tal a cantidade de grupos estudando, que ocupam mais de tres cuartas partes do pátio. Os que non estudian vense reducidos a pasear nun espacio mui reducido”. A disciplina preferida eram, ao parecer, as matemáticas; “logo seguen os idiomas, co francés á cabeza; gramática, xeografía, mecánica e outras materias”. Nem que dizer tem que semelhante fogage pola instrução era devida ao alto nível educacional de boa parte dos presos, incluídos os pertencentes às classes populares –bems deles autodidactas ou formados nas escolas e ateneus proletários–, aspecto que dificilmente voltaria a dar-se com posterioridade no universo carcerário franquista, umha vez que os presos políticos fossem deixando passo ao predomínio absoluto dos comuns. Estes soiam aplicar-se mais bem aos trabalhos manuais, que tampouco desprezavam, logicamente, muitos operários e artesãos incluídos na categoria de políticos –por serem militantes de partidos ou sindicatos–, sinaladamente com o fim de poder agasalhar os seus filhos pequenos, nos dias de visita, com algum xoguetto feito a mam. Bastantes reclusos desempen-

három labores acordes com a sua qualificação profissional. Por exemplo os médicos, cujos serviços eram bem agradecidos tendo em conta as carências sanitárias dos presídios e a presença constante de enfermidades. É conhecido o caso dos doutores Poça Covas e Poça Pastrana (pai e filho respectivamente) na Ilha de Sam Simom, canda Sanguino e Jacobo Otero, procedente este último de Ogrobe. Na prisom de Tui exerceu Dario Álvarez Blázquez, e provavelmente Calvelo e Comesanha na de Santiago de Compostela. Outros, com formação burocrático-administrativa, trabalhavam nas oficinas em qualidade de contáveis ou administradores, como figérom Evaristo António Mosquera e mais de umha trintena dos seus companheiros, de novo em Sam Simom, suplindo a incompetência manifesta da prática totalidade dos “funcionários” improvisados ao efeito e, de passage, reduzindo dias de condena. Pola sua parte, os mestres e intelectuais invertiam o seu tempo em funções de alfabetização, mormente de presos comuns. Emporisso havia tarefas bem menos gratas: diversos presos de Sam Simom fôrom obrigados a trabalhar nas obras de construção de umha calçada na cercana freguesia de Santa Cristina de Cobres, enquanto outros eram literalmente alugados ou “cedidos” como mam de obra a baixo preço, ou de balde, a empresários da contorna¹⁰.

Por outro lado, nem todos os presos compartilhavam idêntica condição nos cárceres. À parte do maior ou menor auxílio dos familiares, havia trato de favor declarado para aqueles internos pertencentes às classes abastadas, ou com instrução superior e, em geral, ofícios nom manuais. Ao cabo a prisom, daquela como agora, nom era senom um microcosmos ou cópia a pequena escala da sociedade exterior, com todas as suas hierarquias, privilégios e discriminações de classe. Para os estratos inferiores, o vulgo, destinavam-se as condições mais ruins, mesmo piores que as do gando, entanto para os outros –com excepções e dentro de umha orde– se habilitavam celas menos inumanas e lhes era dispensado um trato menos degradante –insisto: sempre dentro de umha orde–. “Esta cela (...) –é o Gregorio Sanz a falar– era conhecida como ‘a cela dos intelectuais’ porque entre os que a usufrutuavam havia vários advogados, três médicos, um Engenheiro de Caminhos, Canles e Portos, dous Mestres nacionais, un Delineante, vários Peritos, oficinistas, industriais, viajantes do comércio, o Capitám de Carabineiros de Ribadeu, e outros, até um total de trinta e quatro pessoas, a quem se lhes guardavam algumhas considerações, quedando em vários aspectos excluídos da obriga de seguirem estritamente o regime interior da Prisom (...) Permitira-se que da sua casa lhes levaram algumha cama; a meirande parte deles recebiam comida de fora, nom estavam obrigados a erguerem-se ao toque de diana e

gozavam de certas prerrogativas das que se achavam excluídos o resto dos presos”.

Os pior parados em todo este assunto eram, indubitavelmente, os penados procedentes de fora da Galiza pois, ao não terem perto as suas famílias nem ninguém a valer-lhes, encontravam-se em condições físicas e psico-afectivas deploráveis. Resulta estarrecedor o caso dos três ou quatrocentos labregos, na sua maioria andaluzes, que arribaram a Sam Simom após o remate da guerra civil, sujos, farrapentos, derrotados em qualquer dos sentidos do termo. Todos eram velhos, de mais de sessenta anos, mesmo algum de mais de oitenta, e tão pobres que não levavam mais que o posto. Foram transportados em trem ao longo de centenas de quilómetros, em vagões de gando sem limpar, totalmente encerrados e sem permitir-se-lhes sair nas paragens. Ao chegarem ao seu destino, ou mesmo na partida para o mesmo, estavam certos de que não voltariam a ver a terra de origem. Tantos eram os piolhos que traziam que, ao botarem a ferver as roupas numa imensa panela, a água se tornou massa branca; e tanta a fome e a necessidade, que caçavam ratos para comerem e apanhavam do chão as paves das cigarros. Bem deles não o resistiram e morreram a esgalha (por um tempo, chegaram a falecer uns quinze por dia), quer de morte natural, quer por suicídio enforcando-se nas árvores da ilha. Algo mais afortunados foram, num princípio, os prisioneiros asturianos chegados após a queda da frente Norte, em Outubro de 1937. Ainda que em condições físicas igualmente lamentáveis, acrescentadas pela amargura da recente derrota, ao menos contaram com a ajuda solidária dos presos galegos e de muitas famílias destes. Assim e tudo, muitos deles seriam exterminados em campos de concentração de sinistra memória, como o de Camposancos. Finalmente, também houve presos bascos na nossa terra ou, mais exactamente, nas nossas águas: uns quantos centos, a maioria gudaris, que permaneceram recolhidos no barco-prisão Upo Mendi, ancorado frente à Ilha de Sam Simom antes do seu traslado para esta.

Até onde sabemos, as tentativas de fuga dos cárceres galegos, quando as houve, não resultaram coroadas pelo êxito. Não semelha estranho que fosse assim pois, apesar do escanstrado e semi-ruinoso de muitos recintos, as deploráveis condições materiais em que se mantinha os presos, com a consequente seqüela de debilidade física e enfermidade, tornavam muito difícil a evasão. Provavelmente houve bastantes planos que não frutificaram, e por quedarem em simples projectos hoje nos são desconhecidos. Em qualquer caso, os testemunhos com que contamos são escassos. Os mais expressivos são os referidos à Ilha de Sam Simom, onde efectivamente se produziram um par de intentos. De um deles,

protagonizado por um jovem asturiano aproveitando umha viagem da motora dos subministros a Vigo, desconhecemos com certeza o final, pois se bem os seus companheiros nom voltárom a saber do fugado, as autoridades do penal figérom correr a espécie de que fora capturado (mas, desde logo, à ilha nom foi conduzido). Do outro, sabemos que deveu em tragédia: dos dous marinheiros evadidos, um, Manuel Saiar Orelhám, natural de Corrubedo, resultou afogado; o segundo, Rufino Miranda Cabral, de Cangas, foi apreixado e fusilado. Quanto a Santiago, o outro lugar de que temos informaçom, a cousa nom passou de planos e maquinaçons por parte de alguns dos reclusos, que mesmo tinham umha pistola agachada na cela. Seique os mais animosos na questom eram o comunista Manuel Maneiro, do Porto do Som, e mais o seu camarada Manuel Ponte Pedreira, de Frades, futuro dirigente guerrilheiro. Á marge desta “conjura”, um outro preso tentou fugir a correr quando ia ser levado a Boisaca para ser fusilado. Foi morto a tiro por um dos guardiáns¹¹.

Com tentativas de fuga ou sem elas, o destino da imensa maioria dos presos republicanos daqueles dias era –se é que antes nom sucumbiam vítimas dos esquadrons da morte após a correspondente saca– serem julgados em conselho de guerra. Nom em balde até ao mês de Julho de 1948, em que se deu oficialmente por concluído o estado de guerra, se aplicou de jeito sistemático o Código de Justiça Militar no seu artigo 237, que num alarde de ironia macabra castigava a “rebeliom militar” contra o Governo da República. Da administraçom deste esperpento de justiça –acaidamente alcumada de “justiça ao revés”– encarregárom-se umha moreia de julgados militares orquestrados ao efeito que, nos primeiros meses a seguir do golpe de estado, se vírom totalmente saturados. Militares seriam, assimesmo, os tribunais especiais aos que se encomendou, apartir de 1939, a aplicaçom das sucessivas leis repressivas promulgadas polo regime: a Lei de Responsabilidades Políticas (1939), a de Prescriçom de Delitos (1940), a de Repressom da Maçonaria e o Comunismo (1940), a de Segurança do Estado (1941) e a de Repressom da Bandidage e o Terrorismo (1947), coincidindo esta última com un recrudescimento da repressom de tal magnitude que levaria algum autor a baptizar o período 1947-1949 como “o triénio do terror”.

As garantias jurídicas de tais julgados e tribunais eram nulas. Os acusados compareciam perante o conselho de guerra condenados de antemám e sem que os delitos que se lhes imputavam tivessem que ser provados. A este respeito, as denúncias e informes negativos consideravam-se concluintes. Para além disso, os fiscais e juízes instrutores adoitavam ser militares nidamente compromete-

tidos na sublevaçom do 18 de Julho, quando nom parentes de conotados persoeiros da direita anti-republicana. Em tais condiçons nada podiam fazer uns advogados defensores concebidos como meras figuras decorativas. Normalmente encarregavam-se desta funçom –com o escasso zelo que o leitor se pode imaginar– oficiais de graduaçom inferior (alféreses, tenentes ou capitáns), mentres que o presidente do tribunal era quase sempre um alto cargo da hierarquia castrense (coronel, tenente-coronel, comandante, capitám de navio...), o mesmo que os vogais que o acompanhavam. Às vezes podia exercer como defensor um civil, jurista de reconhecido prestígio, mas o seu labor era sempre obstaculizado, quando nom submetido o letrado a chantages e ameaças para fazê-lo dessistir do seu empenho, como aconteceu a José Reino Caamanho em Santiago, ou a Manuel Casás e Iglésias Corral n’A Corunha.

Assi as cousas, o desenvolvimento das sessons destes julgamentos-farsa em que os autênticos delinquentes agiam como juízes e parte iam pouco mais alá da proclama patrioteira, os tópicos do nacional-catolicismo e mais a arenga de quartel. Polo regular fazia-se fincapé –para melhor demonstrar a perigosidade e malevolência dos réus– na trajectória republicana ou, mais grave ainda, obreirista dos acusados, salientando-se a sua militância em partidos ou sindicatos e o grau alcançado no Exército roxo durante a guerra. A cousa culminava no relatório final do fiscal, em tom agressivo, apocalíptico e indutor da histeria vingativa do público contra dos enjuizados, aduviado com todas as pérolas do discurso falangista. A condena do preso estava servida.

No meio deste ambiente de linchamento moral, afortunado era aquele que saía dali com umha simples pena de prisom, por mais que esta pudesse ser de muitos anos, e mesmo de cadeia perpétua. Já haveria tempo despois de reduzi-la, se é que se conseguia sobreviver às terríveis condiçons do presídio. A possibilidade de revisar as sentenças nom se abria até tam tarde como Janeiro de 1940, pero chegar chegou. Fosse por necessidade de desatulhar os cárceres, por (duvidosa) pressom estrangeira ou por incapacidade financeira para sustentar umha tam densa populaçom reclusa, o caso é que muitos presos vírom aliviadas condenas absolutamente descomunais que, caso de terem de ser cumpridas integralmente, com toda provabilidade teriam acabado com as suas vidas. Assi, o galeguista Evaristo António Mosquera, tantas vezes citado nestas páginas e condenado a trinta anos, viu a sua pena rebaixada a quatro anos e um dia, que fôrom os que finalmente purgou na Ilha de Sam Simom; Xerardo Díaz Fernández passou de cadeia perpétua (resultante de um indulto colectivo da pena de

morte originária) a quatro anos e um dia; Isabel Ríos, também de reclusom perpétua via indulto a sete anos; e Juan García Durám de pena de morte a doze anos e um dia, dos que cumpriu pouco mais da metade. Claro que nem sempre era doado obter tam salvífico benefício: o baixo nível cultural e penúria económica de muitas das famílias dos processados dificultava-lhes enormemente o labor, que a miúdo se esnafrava contra a insensibilidade da burocracia militar. Neste aspecto levavam clara vantagem os reclusos de maior solvência económica e os mais familiarizados (eles mesmos ou os seus parentes) com as interioridades da maranha judicial.

Pior era o caso, obviamente, dos sentenciados à pena capital. A sua única esperança descansava na obtenção de um indulto. E para isso era mester possuir contactos, influências e valedores entre os afectos ao regime, quanto mais cercanos às esferas de poder melhor. De novo encontramos aqui umha nítida assimetria: a mesma que observávamos no tocante ao trato nas prisons. Para os intelectuais, profissionais liberais, personalidades políticas de renome, republicanos de “boa família” e militares de carreira abriam-se possibilidades vedadas aos humildes, aos trabalhadores e gentes do povo em geral. E isso tanto em função do seu meirande reconhecimento social por parte dos verdugos (por mais que a uns e outros se lhes negasse a condição de pessoas, ainda havia classes!) como da sua superior capacidade económica e, sobretudo, proximidade a círculos influentes. Por ilustrarmo-lo com algum exemplo concreto, nem todos, nem muito menos, contavam com os recursos que tivo ao seu dispor o escritor Diego Sam José, solidamente avalizado por conhecidos colegas de profissão, jornalistas, “piadosa” senhoras da boa sociedade e mesmo militares da talha de Milhám Astray, que lhe facilitáram a comutação da sua pena de morte pola de trinta anos, finalmente reduzida a cinco. Apoios importantes deveu ter também o ex-governador civil de León, o corunhês Salvador Etcheverría, para se lhe permitir abandonar o país logo de ter sido preso, máxime tendo em conta as suas altas responsabilidades no regime republicano e a sua condição de maçom. Em qualquer caso, para os familiares dos condenados ao paredom, qualquera que fosse a sua condição, iniciava-se umha carreira angustiada e desesperada na procura dos imprescindíveis avais que permitissem a consecução do milagre. Numha infinidade de ocasiões, os esforços fôram infrutuosos. Nesta carreira contra o tempo e o destino cruel perdêrom, como sempre, os mais pobres.

A palavra derradeira no tocante às sentenças de morte recaía no mesmíssimo Francisco Franco, que as ratificava por meio de um “inteirado”. Vários som os testemunhos coincidentes a apontarem a frialdade com que o Invicto Caudilho das Espanhas adoitava

despachar tam delicada questom na hora do café. Seique nom era alheia esta sua atitude à brutalidade e despreço pola vida característicos da sua formaçom como militar africanista. Em Outubro de 1934 tivera já cumprida ocasiom de demonstrá-lo.

Por outra parte, o praço de execuçom das condenas à pena capital nom fiço mais que alongar-se progressivamente, engadindo um pouso de tortura adicional aos réus e os seus parentes. Se nos primeiros julgamentos o tempo entre médias da sentença e o fusilamento era de um mês ou menos –o que por outro lado inviabilizava qualquer gestom “salvadora”–, a medida que a acumulaçom de processos ia atulhando os julgados o patético compasso de espera foi-se tornando mais e mais grande, até alcançar os doze meses ou mais. Assi e tudo, as comutaçons fôrom sendo mais numerosas apartir de 1939, ao tempo que, por razons óbvias, diminuía a percentage de penas de morte dentro do total¹².

Um aspecto parcialmente tocado em páginas anteriores e que afectou grandemente a quotidianidade dos reclusos foi a corrupçom dos directores e funcionários de prisons, amplamente consentida polas autoridades do regime fascista. Nom é só que aqueles se apropriassem indevidamente de recursos destinados aos internos, ou que escatimassem tudo quanto podiam e mais na alimentaçom e acondicionamento higiénico-sanitário dos recintos, ou que fisessem lucrativos negócios em combina com alguns subministradores, como no seu momento se apontou; senom que nalgumha ocasiom chegárom a especular com a vida dos próprios presos, nomeadamente os condenados a morte. Tal foi o caso de um dos directores do complexo penitenciário da Ilha de San Simom, Fernando Lago Búa.

Este indivíduo, em complicitade com o médico forense Francisco Bustelo e mais o tenente da Guardia Civil Francisco Rodríguez (a) O Rabioso adicava-se a insfundir, a câmbio de dinheiro, falsas esperanças de salvaçom a homes que sabia de antemám iam ser fusilados, argalhando mesmo um simulacro de libertaçom ou fuga consentida dos mesmos. Para que o negócio fosse mais floreciente procurava escolher as suas vítimas entre os condenados de certa solvência económica. “Era terrorífico aquilo –conta o comunista redondelám Manuel Barros–, porque sacaban de alí xente para matar, para ‘Lei de Fugas’. O director da prisión de San Simón era ese tal Búa, a pesar de que tiña o título tamén de Director dos cárceres provinciais de toda a provincia de Pontevedra. Entonces estes homes dedicábanse a poñer en liberdade os presos anticipándolles que tiñan que dar unha cantidade determinada: dependía da economía... da situación de cada preso. A iso do anoitecer, pois, poñíanos na praia, onde a Garda Civil os collía e os traía para o

cárcere de Redondela. Do cárcere de Redondela, pois, levávanos para a cuneta”.

Mais rico em detalhes sobre o mesmo assunto é o relato do autor anónimo de *O que fixeron en Galicia*: “Este personage –Lago Búa– fíxose íntimo amigo do médico do cárcere, Francisco Bustelo, e entre os dous emprenderon un lucrativo negocio aprofitándose dos presos que tiñan unha boa posición económica. Tratábase sinxelamente do tráfico cos detidos. Ao principio dedicáronse cautelosamente a explotar só aqueles presos que segundo as súas referencias ían ser liberados en breve. Aos que se achaban en tales circunstancias o Bustelo prometíalles xestionar a súa liberdade mediante algún diñeiro que, segundo dicía, sería preciso repartir entre varios funcionarios; o Lago Búa logo confirmaba a oferta do seu cómplice, que facía a función de ‘gancho’, e o detido axiña apuraba a súa familia para entregar as cantidades esixidas ou asinaba el propio os cheques necesarios. De seguida aqueles dous homes cobizosos ampliaron o seu negocio dedicándose a extraer importantes sumas aos presos endiñeirados, tivesen ou non probabilidades de seren liberados. Houbo un preso, home de dereitas por certo, o doutor José Ramón de Castro, a quen con promesas de liberación que nunca se cumprían, chegaron a quitar unha diñeira. Segundo parece, o doutor Castro asinoules cheques por valor de corenta mil pesos. A partir destas disponibilidades económicas, o Bustelo e o Lago Búa tentaron con éxito a posibilidade de subornar efectivamente xuíces, maxistrados e autoridades dedicándose ao negocio en grande escala. Lago Búa ficara a mais coa contrata da alimentación dos presos do lazareto de San Simón e ao mesmo tempo coa da cantina desta prisión”.

Como pode apreciar-se, de concedermos fidedignidade a este relato a rede dos extorsionadores estaba bem montada, aproveitando a ampla margem de impunidade que forneciam tanto o contexto de terror que se vivia como os próprios cargos, mesmo uniformados, que detentavam. Mas não lhes valeu por muito tempo, neste caso. Poisque o tal doutor Castro conseguiu mover certas influências militares e o calote foi descoberto. Lago e Bustelo foram presos, processados e executados em Janeiro de 1937, arrastando atrás de si na sua queda vários dos seus cúmplices das altas esferas, nomeadamente o capitão Gândara, chefe da Oficina de Orde Pública, e mais o tenente-coronel da Guardia Civil Macarrón Piudo, governador militar da província de Pontevedra, que foram destituídos. Salvou em troques a vida o tenente Rabioso –a quem estranhamente não menciona esta versão anónima do episódio– ao parecer graças à mediação dos seus amigos da Falange, que o conseguiram tirar do cárcere e evitar o seu fusilamento.

Enfím, casos como este nom fam senom pôr de relevo a indefensom, mesmo extrema, em que os encarcerados se encontravam a respeito dos seus custódios. Porém, o desfecho aparentemente justiceiro da história nom deve chamar-nos a engano. É mais que provável que Lago Búa e mais Mosteiro fossem liquidados expeditivamente, a guisa de chivos expiatórios, para quitá-los do meio e evitar que a imundícia salferisse a persoeiros mais importantes que os que inevitavelmente resultárom cessados. Nom por acaso, a corrupçom e a podrémia abrangiam a totalidade das estruturas estatais emanadas do 18 de Julho e, como temos apontado noutro lugar, somentes fôrom atalhadas quando o escândalo era de tal calibre que podia comprometer a image exterior do regime, ou também, naturalmente, quando as ambiçons de determinadas personagens corruptas eram consideradas desmedidas ou atentatórias contra a sua suprema autoridade por parte do Caudilho. Aqui, no episódio que nos ocupa e a julgar por algumha das versons que sobre ele circulárom, parece ser que as autoridades franquistas figérom o possível por botar terra no assunto, apesar do qual se vírom obrigadas a adoptar as medidas anteriormente sinaladas. Seja como for, ao Lago Búa nom lhe valeu para livrar do paredom o ter sido colaborador estreito do general Mola em Pamplona nos primeiros dias da sublevaçom¹³.

Um outro feito que merece ser salientado e do que temos algumhas referências dispersas é a existência de cidadâns portugueses a colaborarem com as actividades repressivas das “esquadras do mencer” galegas e na vigilância de presos. Hai constância da sua presença ao menos em Cangas do Morraço e no penal da Ilha de Sam Simom. Provavelmente se tratase de indivíduos integrados na Legião Portuguesa ou outra instituiçom similar das inerentes ao fascismo luso. De resto, a sua participaçom nas citadas tarefas nom resulta surpreendente de termos em conta a estreita cooperaçom que a ditadura salazarista manteve com a sua homóloga franquista neste e noutros terrenos. Lembremos que a passagem de muitos fugidos galegos ao país vizinho na procura de acobillo se convertera para muitos deles (nom assi para outros, graças a enorme solidariedade do povo português) numha trampa mortal, pois que tanto a Guarda Nacional Republicana como a Guarda Fiscal, operantes na raia, tinham ordres estritas de entregarem os evadidos às autoridades espanholas ou às hostes da Falange com o destino que cabia imaginar. Com sobrada razom, portanto, se tem qualificado nalgumha ocasiom ao Estado Novo como “o grande aliado de Franco”.

E nom foi só Portugal. Deixando à parte a Alemanha nazi e mais a Itália fascista cujo concurso foi determinante para a vitória

do Exército franquista na nossa guerra civil e cujos representantes políticos e militares tinham assento na base militar de Ferrol, em Vigo e noutras cidades galegas, outros países contribuírom também com o seu graocinho de areia à repressom do republicanismo galego e conseguinte consolidaçom do fascismo na nossa terra. Estou-me a referir a estados latinoamericanos como Argentina e outros, comandados por ditadores de diversa pelage, dos que se sabe que os seus consulados na Galiza colaborárom abertamente com os insurgentes, denegando acreditaçons aos seus concidadáns filhos de galegos que buscavam refúgio na sua condiçom de estrangeiros e nas correspondentes salvaguardas diplomáticas. Graças a estas manobras, vários centos de “súbditos” argentinos dêrom com os seus ossos na cadeia e muitos deles seriam recrutados à força no Exército nacional. Radicalmente diferente foi, em troques, a atitude das autoridades consulares do Uruguai, México e Cuba.

Para terminar este apartado adicado às prisons digamos que nestas se distribuía, como “compensaçom” à proibichom de introduzir imprensa de fora –mália o total alinhamento desta como o regime– o jornal intitulado Redención. Impresso nas tipografias da Prensa Católica, o seu inspirador nom foi outro que o jesuíta Pérez del Pulgar, fundador e presidente do Patronato de Redención de Penas por el Trabajo, de triste memória. Dirigido tanto aos presos como às suas famílias, sustentava-se a base de subscriçons “voluntárias” de duas pesetas, hábilmente incentivadas mediante o benefício suplementar de duas comunicaçons e um cartom postal por semana a que davam direito. Participavam na sua redaçom, além de turiferários do regime, alguns reclusos à procura do favor oficial. Quanto aos seu contidos, reiteravam a consabida latricada dos vencedores com a mistura de tópicos e andrómenas nacional-católico- falangistas ao uso. Também servia ocasionalmente de boletim oficioso das autoridades penitenciárias à hora de fazerem públicos os “logros” do seu plano de “reeducaçom” dos penados¹⁴.

Cumprida a condena mais ou menos longa, produzia-se a excarceraçom e o preso, ou presa, tornava à vida civil. Reencontrava-se daquela com os familiares e amigos sobreviventes, com o bairro, aldeia ou vila de nascença ou de adopçom, mas nom com a liberdade. De maneira nengumha com a liberdade. Porque estar libre, ou seja nom encarcerado, na Espanha de Franco era “apresentar-se à Guardia Civil regularmente, ou ires a casa, e um ano depois, ou mais, ou menos, seres chamado a filas para fazer a mili de Franco, passando primeiro pola Caixa de Recrutamento, logo a um Batalhom Disciplinário de Soldados Trabalhadores Penados, como mínimo o tempo normal da quinta”; como também ver-se despeido do trabalho, ou inabilitado para exercer a profissom e confi-

nado nas lindes de um determinado município durante anos e anos; atostar-se com os vizinhos de toda a vida aferrolhados pola fame, o terror e mais o silêncio; com o entorno que dera sentido ao próprio existir social e laboral desprovido dos vínculos comunitário-afectivos de outrora, quebrados implacavelmente pola repressom; era, enfim, ser inscrito sem mais requilórios como CAR (católico apostólico romano) em diversas instâncias oficiais, nomeadamente as militares; precisar, para poder circular polo território nacional, de um salvoconduto policial canda a correspondente certificación parroquial de ter cumprido o preceito pascual... e assi por diante. Nom surpreende, já que logo, a decepçom e o desânimo que, mesmo umha personalidade tam reja como a da Isabel Rios, se vê abocada a experimentar no momento da sua excarceraçom: “Cando saio em liberdade o silêncio de Espanha impressiona-me fondamente. Ninguém di umha palabra sobre tanto crime e tanta dor. É como se realmente nom tivessem transcorrido quarenta anos de terror, ou como se tivéssemos estado mergulhados num sopor e perdido a memória”. É a mesma impressom deprimente que encontra Garcia Durám na sua tomada de contacto com a realidade de extra-muros: “Ao dia seguinte viñeron os meus pais. ¡Que vellos estaban! Coca xa tiña máis cabelo branco que negro; e papá estaba moi delgado. Despois de abrazarnos sentamos, e Coca, enxugando as bágoas e sen deixar de mirarme, díciame: ‘¡Que cambiado estás! Ata a túa voz soa diferente. Falas... non sei como. ¿Pasaches moita fame? ¿Sufriches moito? Pobre filliño, e eu sen poder valerte’ O meu pai gardaba silencio e mirábame. E os seus ollos, cun brillo esmorecido, impresionábanme, dábanme pena. Sei o que pensaba: todo estaba perdido. Eu non podía volver á casa. O taller, embargado. Sen medios e tendo que traballar moi duro para mal comer. A miña nai mirounos aos dous”. Até umha persoa de posiçom social abastada e, portanto, em situaçom bem menos angustiosa –mália que nom isenta de perigo– como Ana M^a Alvajar, na altura apenas umha adolescente afastada dos seus pais exiliados, tem deixado testemunho nas suas memórias de aquele ambiente de terror, miséria material e moral e mediocridade intelectual, mistura de quartel e sancristia, em que se convertera a vida cotiá da mam dos artífices da Victoria. E é que, como tem assinalado Nicolás Sánchez Albornoz, “em matéria de liberdade, o cárcere e a rua diferenciavam-se só num grau. Espanha inteira –deve-se recordar– era daquela umha imensa prisom”¹⁵.

Os campos de concentraçom e exterminio na Galiza

Para além dos cárceres houve em território galego campos de trabalhos forçados e campos de concentraçom. Alguns destes

últimos eram em realidade armazéns de prisioneiros destinados a extermínio mediante fusilamento.

Os campos franquistas em tempo de guerra responderam a um duplo carácter. Por um lado, preventivo, na medida em que neles nom se cumpriam penas senom que serviam para internar e classificar os membros do Exército Popular Republicano derrotado com vistas à depuração de responsabilidades políticas. E, por outro lado, provisional, já que a sua perdurabilidade nom estivo regulamentada de maneira uniforme; antes ao contrário, fôrom concebidos com mentes de caducidade determinada pola essência das suas funções, estratégicas ou sociais, asegun os casos. De qualquer jeito, e em opiniom de Javier Rodrigo Sánchez, supugérom um primeiro grillhom na cadeia depuradora sobre os combatentes anti-fascistas capturados “no sentido militar, intendente e estratégico (o internamento, a classificação e mais o aproveitamento dos soldados reincorporados à frente), o funcional e económico (a formação de esquadras de trabalhadores forçosos) e o moral e ideológico (a propaganda, a demagogia do trabalho, a reevangelização e a reeducação como veículos para a ‘regeneração’ do prisioneiro); a mais, no social (a imposição de condições de vida polo geral infraumanas, a repressão física directa e os assassinatos, a exigência de classificação como direito emanado da lei da vitória). Fôrom, portanto, lugares nom só de classificação do pessoal militar, mas também de exclusom, de aplicação e imposição da lei da vitória. E existírom mormente para prisioneiros de guerra, nom para penados”.

A orixe dos campos remonta-se a Dezembro de 1936, pero nom seria até à primavera do ano seguinte que o sistema concentracionário alcançasse plena concretização. O seu ponto culminante foi a criação, em Julho do 37, da Inspeção de Campos de Concentração de Prisioneiros. Este organismo, com sede em Burgos e sob direcção do coronel Martín Pinillos, tinha por missom a catalogação dos prisioneiros a fim de estabelecer o seu grau de afectom ou desafectom ao Glorioso Movimiento. Distinguiam-se ao efeito quatro graus, em virtude da Orde Geral de Classificação do 11 de Março de 1937: A (afectos), B (voluntários nas fileiras republicanas sem responsabilidades político-sociais), C (inimigos da Pátria e do Movimiento Nacional, possíveis responsáveis do delito de ‘rebeliom militar’ ou dissidência sócio-política; dirigentes, xefes e oficiais do Exército Republicano) e D (responsáveis provados de delitos comuns). Nem que dizer tem que quem interessava especialmente identificar, com visos de vingança e ‘castigo exemplar’ eram as pessoas englobadas na categoria C, aquela “horda de assassinos e foragidos” alçados “contra o

Exército Nacional” que na sua degeneração arrastara “como menos culpáveis, uns velhacos enganados por umha propaganda infame”. De entre eles, por certo, resultariam perseguidos com singular sanha os comissários políticos, quer dizer, o corpo de instrutores político-ideológicos dos combatentes do Exército Popular Republicano, a quem se atribuíra, logicamente, a inoculação da tal “propaganda infame” e que contou com numerosos representantes galegos, simbolizados se acaso pola figura do mais conhecido deles, o comunista Santiago Álvarez.

Inicialmente, o regime fascista tentou abrir um macro-processo de investigação recadando informes sobre cada prisioneiro a fim de depurar as suas correspondentes responsabilidades, se as houvesse, ou, onde nom, proceder à sua libertação. Mas o procedimento demonstrou-se inviável e, em consequência, os réus fôrom obrigados a buscarem por si próprios os avais pertinentes que, ainda quando conseguidos, nom garantiam nem muito menos a excarceração do investigado e o sobresseimento da causa. O caso é que, em tempo de guerra, toda a geografia espanhola se viu salferida, aqui e acolá, de centros de reclusom, já fosse ao ar livre, com arames farpados, garitas de vigilância armada e cans encirrados, já baixo cuberto, em recintos escangalhados e anti-higiénicos. E ainda se havia incrementar o seu número de forma importante apartir de 1939. Segundo algunha estimacom, chegariam a passar polos campos de concentraçom espanhóis ao longo de todo o período arredor de 700.000 pessoas. De resto, o desmantelamento dos mesmos nom se ia realizar com a celeridade que as autoridades tinham previsto. Ainda em 1944, e por razons mais que nada relacionadas com a conjuntura internacional (a II Guerra Mundial), permaneciam abertos diversos recintos, baralhando-se mesmo a possibilidade de construir outros novos num seródio rexurdir do universo concentracionário franquista. Longa provisoriedade essa, a dos campos da Espanha da Victoria...

E que dizermos das condiçons de vida e regime disciplinário interno neles imperante? Pouco que o leitor ou leitora nom tenha imaginado já. Partindo do seu indubitável objectivo repressivo, os campos convertêrom-se, como as cadeias, num grande instrumento de humilhaçom, sofrimento e, muitas vezes, também de morte para os ex-combatentes do Exército Popular. A fome foi elemento quotidiano, como os maus tratos, as malheiras, o amoreamento e a imundícia, a engadir a um longo ronsel de penalidades: “as sacas dos campos, os fusilamentos a plena luz do dia com os prisioneiros a formar, as ‘grelhas’ –quadriláteros de arame de espinho, onde os prisioneiros indisciplinados eram submetidos a fome e sede– os disparos de noite sobre dos prisioneiros e cousas

mais mundanas como os piolhos, as enfermidades, as defecações impossíveis por falta de água, em suma as condições de vida de muitos campos onde a imprevisom dos mandos nacionais fijo da estadia dos prisioneiros um suplício”. O repertório, porém, nom se esgota nas penúrias físicas, poisque a pretensom reeducativa, regeneradora e evangelizadora do sistema concentracionário –mais clara nos campos de trabalhos forçados pero mui difusa nos de índole meramente classificatória– comportava também elementos de humilhação psicológica igualmente inerentes à violência estrutural do regime: “içadas e arriadas de bandeira [monárquica, naturalmente], formações –duas vezes cada dia à parte das da distribuição da comida– e mais actos públicos como as conferências ‘religioso-patrióticas’”; a censura da correspondência, a proibição das visitas de familiares, registos, revistas, pescudas, “cursos de refutação do marxismo”, etc.; sem contar com os onnipresentes “serviços religiosos” a cargo do cura de turno. Buscava-se, em ressumidas contas, nom só castigar, mas dobrigar e transformar o preso; destruir completamente a sua identidade¹⁶.

Na Galiza está constatada a existência de campos de concentração nas localidades a seguir: Cedeira, Ferrol, Muros, Rianjo, Camposancos, Ribadeu, Santa Maria de Oia e Celanova (abertos todos oito em 1937); Padrom, Santiago de Compostela-Lavacolla, A Corunha [dous na mesma capital], Póvoa do Caraminhal e Monteferro (em 1938-39); mais Noia, Betanços, Mugar dos, Vilarbacú e Figueirido (em data indeterminada). Infelizmente é mui escassa e desigual a informação que sobre eles possuímos. E nem sempre é doado esclarecer a sua fassquia, isto é, se se tratava de recintos estritamente classificatórios ou de campos de trabalhos forçados. Como em tantas outras ocasiões, teremos que aguardar polo resultado de futuras investigações a nos despejarem o panorama de sombras e de dúvidas. O que si sabemos é que o pessoal recluído nestas instalações foi na sua imensa maioria de procedência forânea, nomeadamente asturianos, bascos, cántabros e, em geral, combatentes republicanos capturados quando a queda da frente Norte, entre Junho e Outubro de 1937. Muiíssimos deles seriam fusilados despois do seu internamento e subsequente conselho de guerra. Daí que, ainda non sendo apropriado assimilar sem mais o sistema de campos de concentração franquista ao da Alemanha nazi– poisque tecnicamente fôrom diferentes –o facto de vários daqueles terem funcionado como depósito de homes destinados ao matadouro converteu-nos na prática em campos de extermínio. O de Camposancos seria, entre os da nossa terra, o de mais sinistra memória.

Passemos revista agora ao estado dos nossos conhecimentos acerca de cada um deles.

O chamado Campo de Concentração de Presentados e Prisioneiros de Cedeira esteve ubicado nas instalações de umha velha fábrica de salga, sobre da mesma praia da vila. Estivérom reclusas nele pessoas provenientes de Astúrias capturadas quer em terra, no mesmo Principado, quer no mar, ao tentarem fugir por barco cara a França ou mesmo arribar nas costas do Norte da Galiza. A primeira quenda de presos chegou a princípios de Novembro de 1937. Transportados por mar até Ribadeu, passariam depois a Ferrol, daqui A Corunha para serem identificados e, finalmente, embarcados rumo a Cedeira no vapor Llodio.

Neste campo funcionou umha Comissom Classificadora de Prisioneiros e Presentados que continuou os labores de identificação, filiação e classificação iniciadas n'A Corunha. Umha vez classificados, os prisioneiros eram trasladados em grupos para serem submetidos a conselho de guerra polos tribunais militares permanentes actuantes em Astúrias. O traslado fazia-se polo caminho de ferro até Leom, fazendo noite no campo de concentração de Sam Marcos e continuando outra volta por trem até Oviedo ou Gijón, em cujos cárceres ficavam internados. À marge disto, o campo recebeu desde o primeiro momento esporádicas visitas de falangistas a seleccionarem presos que mais tarde "passeavam".

Tocante às condições do recinto, um informe da Inspeção de Campos datado em Junho de 1938 afirmava o seguinte:

"Antiga fábrica de salgazons abandonada em péssimas condições situada na praia da vila. Consta de dous pavilhões com más cubertas e janelas, o que fai que penetre a água, o ar e mais a areia. Arrodeados de outras fábricas de salgazons.

"Comunicações.- Estrada de segunda categoria a 17 Km. da geral com enlace em Mera.

"Capacidade.- Cento oitente e nove homes.

"Água de beber.- Nom tem produção de águas e a de beber hai que trae-la em baldes em péssimas condições higiénicas.

"Água de asseio.- Utiliza-se a de um regato que passa perto do campo e está mui contaminada com detritus orgânicos.

"Retretes.- Nom existem e os excrementos recolhem-se durante o dia em fojas e pola noite em recipientes que se livram pola manhã.

"Enfermaria.- Nom existe e os enfermos evacuem-se ao Hospital Militar de Ferrol.

Ressumo.- Este campo pola sua escassíssima capacidade e polas péssimas condições higiénicas deve desaparecer e os prisio-

neiros que nele existem actualmente, que som trescentos quatro, sejam trasladados a outros campos”.

Bastantes destes prisioneiros, em número ainda não determinado e pendente de investigação, seriam executados. E a pergunta a seguir é: eram traídos de volta a Cedeira logo do conselho de guerra em Astúrias? Diria-se que sim, pois segundo alguns testemunhos orais os fusilamentos tinham lugar no cercano areial de Vilarrube (concelho de Valdovinho), onde posteriormente se enterravam os cadáveres. Ao parecer também se registaram mortes por doenças relacionadas com as más condições do campo e mesmo algum suicídio. No Registo Civil de Cedeira constam as defunções de Silvino Méndez Blanco, acaecida entre as 19 e as 20 horas do dia 27 de Fevereiro de 1938 a consequência de asfixia por imersão, e de Miguel Rodríguez García, às 7:10 horas do dia 21 de Setembro de 1938, produzida por hemotise de origem tuberculosa. Ambos os dois eram asturianos: o primeiro natural de Avilés, filho de Tomás e Adela, de 25 anos, solteiro; o segundo de Gijón, de 21 anos.

Em Julho de 1938 havia no campo de Cedeira, segundo fontes oficiais, 304 presos, o que supunha um 67% de sobreocupação sobre a sua capacidade real.

O campo de concentração de La Escollera (Ferrol) situava-se dentro do perímetro da base naval, na zona popularmente conhecida como “O Dique”. Ali foram dar com os seus ossos as dotações de marinharia e inúmeros paisanos apreixados com o galho da sublevação militar na cidade departamental e unidades navais anexas. Adicionalmente, habilitaram-se como prisões flutuantes o correio da Companhia Transmediterrânea Plus Ultra e mais o vapor Génova.

Também foram conduzidos a este campo as tripulações dos cargueiros e pesqueiros republicanos capturados pela Marinha fascista no Cantábrico, com vistas à sua classificação e, no seu caso, submetimento a conselho de guerra.

Durante a II Guerra Mundial diversos marinheiros de guerra de nacionalidade alemã, cujos buques foram afundados ou inutilizados, permaneceram alojados neste campo –supom-se que em condições bem mais benignas que os prisioneiros de guerra republicanos– até à sua repatriação. Para além disso, a presença de adestradores e conselheiros militares nazis na base ferrolá foi muito relevante durante os anos da guerra civil, como mais adiante comentaremos.

O campo de concentração de Muros de Sam Pedro abriu as suas portas em Novembro de 1937 com a chegada das primeiras remessas de presos asturianos. Procediam do porto de A Coruña e foram transportados até à ria muradá por autocarro e a bordo do vapor Llodio.

Ubicado nuns galpons mesmo à beira do mar, este recinto nom aparece mencionado no informe da Inspeccom de Campos de Junho de 1938, o que fai suspeitar que daquela já tivesse sido clausurado. Segundo dados do Registo Civil da vila, produziu-se ali o falecimento de tam só um interno, por causa de hemorrágia cerebral. Chamava-se Pedro Boto Riesgo e era natural de Santa Marina (Oviedo), de 75 anos. Finou às 7:45 horas do 17 de Janeiro de 1938.

Desconhecemos polo momento se se registárom execuções extra-legais, quer dizer, “passeios” de reclusos deste campo.

Igualmente instalado no prédio de umha antiga conserveira, e à beira da ria de Arousa, o campo de concentraçom de Rianjo chegou a acolher mais de mil prisioneiros procedentes da praça de touros de Gijón. Arribárom ali a bordo do vapor Alfonso Serra a finais de 1937. Em Junho de 1938, porém, já só quedavam 72 apesar de a capacidade do recinto estar estimada em 572 praças.

Os equipamentos do recinto consistiam numha enfermaria com quinze camas, seis retretes e subministro de água potável. Esta última achava-se racionada, ao ponto de os presos passarem sede. Para além disso, quatro dos excusados ficárom logo inutilizados, polo que houvêrom de ser substituídos por fojas; e na enfermaria os doentes que nom tinham acesso a umha das quinze camas dormírom no cham de cimento até que os paisanos do lugar lhes levárom palha.

A vida no interior do campo iniciava-se às sete da manhã sob toque de diana. Depois içava-se a bandeira e cantava-se o Cara al Sol. À parte das duas horas de passeio de manhã e outras tantas de tarde, seique havia também umha hora de sessom gimnástica dirigida polo jogador do Sporting (e preso) Armando Quirós. A vigiância corria a cargo de soldados e, em aplicaçom da política de redençom de penas polo trabalho –da que mais tarde se falará– alguns reclusos “voluntários” participárom nos trabalhos de recheio do porto. Quanto aos envios de comida e outros petrechos procedentes dos familiares, a miúdo eram interceptados e o seu contido mirrado pola depredaçom dos guardas.

Segundo dados do Registo Civil da localidade falecérom neste campo doze persoas. Nom obstante devêrom ter sido muitas mais, se engadimos aos mortos por enfermidade os “passeados” polos falangistas, dos que existe constância e cujo número e identificação pessoal nom figuram nas estatísticas oficiais.

Prendida na memória de alguns superviventes fica a atitude solidária da populaçom da contorna, a mais do comportamento relativamente humanitário de algum suboficial de guarda.

Os catro campos citados som os únicos de entre os pertencentes à província d’A Corunha para os que contamos com algunha informaçom, como se bota de ver bem concisa. Diferente

é o caso do campo de concentração de Camposancos, situado no concelho pontevedrés d'A Guarda. À parte de algum testemunho oral, dispomos de dados relativos a diversos conselhos de guerra colectivos que nele se celebráram, com destaque para a composição dos tribunais julgadores, os nomes dos encausados e as penas impostas.

Os devanditos conselhos, ou julgamentos-farsa, tivérom lugar durante os meses de Junho, Julho e Agosto de 1938 e fôrom presididos polo tribunal militar permanente (sic) nº 1, procedente de Gijón. Achava-se este composto polas seguintes personalidades: comandante de cavalaria Luís de Vicente Sasiaín (presidente); capitám de infantaria Manuel Toimil Pérez, tenente de infantaria Juan Martínez Pérez, alferes da Guarda Civil Elías Losada Fernández (vogais); capitám honorífico do corpo jurídico militar Julio García Rosado (relator); alferes honorífico do corpo jurídico militar Guillermo Rodríguez Quirós; capitám de infantaria Amable Cervinho (defensor) Por certo que, trás a sua participação em diversos os conselhos de guerra em terras asturianas, os devanditos militares trasladárom-se a Camposancos sem ter sequer concluído a sua missom punitiva na região vizinha (de facto tivérom de ser substituídos ali por outro tribunal, o nº 3), o que pudera ser indicativo da importância atribuída aos processos que se estavam a ventilar no intre na Galiza. Nom seria de estranhar, com efeito, que entre os aqui encausados figurassem numerosos quadros e responsáveis político-militares do regime republicano recém abatido no Norte, como parece sugerir a alta percentagem de penas de morte ditadas.

A maioria destes homes foram apreixados em alta mar polas unidades da Marinha fascista ao tentarem ganhar as costas francesas a bordo de barcos pesqueiros e de carga. A quase totalidade deles eram naturais ou vizinhos de Astúrias e do Norte das províncias de Palência e Leom, havendo assi e tudo uns poucos galegos, cántabros e bascos. De entre os galegos, alguns foram desertores do Exército de Franco passados às fileiras republicanas; outros provavelmente tivessem combatido pola República nos batalhões de obreiros galaicos organizados em Astúrias e em Euskadi nos primeiros meses da guerra. Seja como for, a todos lhes tocou comparecer nalgum dos trinta e um conselhos de guerra celebrados em Camposancos dos que se tem constância certa (segundo alguns indícios puderom ter sido mais, prolongando-se as sessões durante os meses a seguir de Agosto do 38, pois que certos testemunhos orais falam de até seis conselhos de guerra diários, três pola manhã e três pola tarde, com quendas de a vinte presos em cada um). A estatística destes trinta conselhos é a seguinte:

- ▶ Total de prisioneiros encausados: 527.
- ▶ Condenados a pena de morte: 225 (42,69%).
- ▶ Fusilados: 171 (32, 44%).
- ▶ Comutada a pena de morte: 54 (por cadeia perpétua).
- ▶ Condenados a cadeia perpétua: 84 (26, 18%).
- ▶ Condenados a vinte anos: 118 (22, 39%).
- ▶ Condenados a quinze anos: 51 (9,67%).
- ▶ Condenados a doze anos: 9 (1,70%).
- ▶ Condenados a menos de dez anos: 3 (0,56%).
- ▶ Absolvidos: 37 (7,02%).
- ▶ Falecidos na prisom: 8 (de tuberculose pulmonar, meningite tuberculosa e outras doenças, cifra provisória e pendente de confirmação).

A execução dos condenados a morte teve lugar em diversos pontos da geografia galega: Pontevedra (no Km 1 da Avenida do Uruguai), Vigo (habitualmente na fortaleza do Castro), Tui, a Ilha de Sam Simom, Ourense (no quartel de Sam Francisco), Celanova (provavelmente na prisom e campo de concentração)...; se quadra também noutros lugares. Depois de cada conselho de guerra, os réus eram trasladados ao ponto de destino, fusilados em pequenos grupos e enterrados nos cemitérios das respectivas localidades. Tal parece que as autoridades franquistas, pelas razões que fosse, não tiveram interesse num macro-fusilamento massivo semelhante ao dos marinheiros do encouraçado Espanha em 1936 (bem que neste último caso os condenados compartilharam um mesmo e único conselho de guerra). Em troques, e como contrapartida, resulta rechamante o nutrido de algum dos piquetes encarregados das execuções, nomeadamente aquele que exerceu a sua sinistra função no dia 21 de Março, no ourensano quartel de Sam Francisco, contra treze prisioneiros: “Para a execução –estabelecia a autoridade militar competente– dispõem-se que tenha lugar no dia 21, às sete horas, na explanada do quartel de Sam Francisco, em cujo quartel (sic) estará instalada a capela, onde ingressarão os réus às quatro horas. Os sacerdotes que lhes têm de prestar os auxílios espirituais serão os que designar o encarregado de assuntos eclesiásticos militares desta província, capelão 1º dom Agustín Mosquera Gil. O piquete encarregado de cumprir a sentença estará composto de 52 indivíduos ao mando de um suboficial, cuja força será designada pelo Excmo. Sr. Governador Civil de entre os componentes do instituto da Guardia Civil e corpo de Segurança”.

Como não podia ser menos, o amargo recorde de Camposancos calhou fundo na memória popular. Um sobrevivente de aqueles trágicos dias, o comunista redondelán Manuel Barros, preso na

altura em Sam Simom, evocava nom hai muito umha de tantas operaçons de extermínio de homes novos na plenitude da sua vida de que ele mesmo foi testemunha: “Entonces chegaron uns condenados a morte de aí, do norte. Chegaron unha serie de asturianos, vascos e santanderinos condenados a morte. Colleron un barco cando marchaba para Francia, e entonces trouxéronos para Camposancos. E de Camposancos, pois, trasladaron a todos os condenados a morte para distintos cárceres, entre eles o lazareto. Había alí trinta, de onde mataron a seis”.

Para terminar estes apontamentos respeito a Camposancos, acrescentemos que os 527 prisioneiros processados nom constituíam a totalidade da população reclusa do campo. Esta ascendia em Julho de 1938, isto é, em plena fogage dos conselhos de guerra, a 1076 internos, que sobardavam num 22,55% a capacidade oficial das instalaçons, cifrada em 878 praças.

Dos restantes campos de concentraçom em território galego, e deixando de momento à parte os campos de trabalho em sentido estrito, só temos informaçom do de Celanova, abordado pola monografia de Rodríguez Teijeiro Longa Noite de Pedra no Convento de San Salvador. Também ali os asturianos fôrom maioria: 870 frente a tam só 42 do país em 1938, mália num princípio ter acolhido a cadeia numerosos presos galegos de todo a comarca limiá. As condiçons de amoreamento, insalubridade e fame eram as habituais. Conhece-se a existência de ao menos um álbum de prisom, confeccionado polo prisioneiro astur Luis Alonso Sánchez com textos e desenhos da sua autoria e da de outros reclusos. Até onde sabemos, celebrárom-se certames literários entre a população reclusa, polo menos durante o ano 1940¹⁷.

O franquismo nom se contentou com encarcerar e fusilar massivamente os seus opositores. Também se aproveitou avondosamente do trabalho forçado dos presos políticos sob umha diversidade de fórmulas que oscilam entre a escravatura pura e simples e as corveas ou searas próprias da servidume medieval.

Um gigantesco entramado de exploraçom de mam de obra de balde botou-se a andar apartir da concesom aos prisioneiros de guerra e presos políticos do “direito a trabalhar” (Decreto de 28 de Maio de 1937), entendido, era-che boa, como “direito-obriga”. A verdade é que, por muito que as autoridades do regime se empenhassem em salientar as presuntas vantagens derivadas do facto de os reclusos se manterem polos seus próprios meios auxiliando, de passage, materialmente as sua famílias desvalidas, o objectivo fundamental a perseguir era livrar o Estado da enorme carga económica que supunha a população carcerária. E, paralelamente, utilizar “a sua força de trabalho como método de castigo, de

expiacão de pena e, mais que nada, como forma de gerar um benefício material para o Estado, crucial nestes momentos em que era necessário fazer frente ao esforço de guerra". Assim as cousas, o projecto tomou corpo com a criação, em Outubro de 1938 do chamado sistema de Redenção de Penas pelo Trabalho, em opinião de Francisco Moreno "umha espécie de benção dos trabalhos forçados na que iam da mam a maquinária repressiva do regime com os princípios 'reeducadores' do nacional-catolicismo". A ideia era clara: dado que os vencidos foram os causantes da guerra e toda a sua sequela de desgraças, que reconstruíssem eles o destruído e fossem, por umha vez nas suas vidas, úteis a Espanha.

O tal sistema, e com ele o Patronato que lhe deu acobicho, foi ideado pelo jesuíta Pérez del Pulgar no meio da contenda bélica. Nele fundiam-se o objectivo declaradamente económico (a exploração de força de trabalho a preço de riso, ou mesmo gratuita) com o religioso ou ideológico-propagandístico: o labor de apostolado em favor da melhora espiritual e política dos presos ou, o que vem sendo o mesmo, a erradicação das ideias "marxistas" e a sua substituição pelas católicas, numha indissimulada operação de repressão ideológica sem contemplanções. Claro que nom tudo ia ser jauja: os maçons e os comunistas ficavam expressamente excluídos de tam salvífico benefício (o mesmo que... os estraperlistas!!); e os que tentaram fugar-se [surpreendidos em flagrante] ou cometeram un novo delito com posterioridade à condena passavam directamente a desempenhar os trabalhos mais duros sem direito a jornal nenhum. E para que ninguém se despistasse, desde Novembro de 1940 foi requisito imprescindível para reduzir dias de condena ter alcançado um certo nível de instrução cultural e religiosa, o que, falando em prata, significava ter que aprender obrigatoriamente a doutrina católica impartida polos capelães. Em 1944 o Código Penal acabaria sancionando a ampliação dos benefícios do sistema aos presos comuns, o que indirectamente vinha redundar na pretensão do regime de que nom existiam na Espanha nacional presos políticos.

Tocante ao salário que previa o Patronato (rebaptizado Patronato Nuestra Señora de la Merced em 1942), era de duas pesetas diárias, das que 1,50 eram requisitadas em conceito de manutença. Os 50 céntimos restantes entregavam-se ao preso no fim da semana. Se este era casado (pola Igreja, claro está), o jornal ascendia a 4 pesetas, mais umha peseta adicional por cada filho menor de quinze anos. Em qualquer caso, longe das 10 pesetas de salário médio oficialmente vigentes em 1936.

O sistema de Redenção de Penas pelo Trabalho começou a aplicar-se no primeiro de Janeiro de 1939. Segundo algumas estimações, o número de prisioneiros atingidos a finais desse ano era

tam só de 12.781: um 4,56% do total; por 18.739, ou seja, um 6,69% em 1940. Mas para o Outono de 1943 o Boletim Oficial da Direcção Geral de Prisons apontava já 44.925 presos, sendo 2.170 deles mulheres e 540 militares profissionais. Nessa altura havia 5.850 reclusos enquadrados nas Colónias Penitenciárias Militarizadas.

O regime de trabalhos forçados sujeito aos auspícios do Patronato apresentava, em linhas gerais, cinco ou seis modalidades. A primeira era a dos Batalhões Disciplinários de Trabalhadores ou, abreviadamente, Batalhões de Trabalho. Predominava neles o aquel de castigo por riba da “redenção” e eram ponto de destino quase obrigado dos classificados como desafectos na sua passage prévia polos campos de concentraçom, assi como dos moços de recrutamento igualmente catalogados como desafectos polas Juntas Locais de Classificaçom, que fôrom condenados a recuncar no serviço militar durante três anos mais, agora no Exército de Franco. A sua força de trabalho era cedida ou alugada a empresas privadas a preço de saldo, com o consequente negócio tanto para elas como para o Estado subministrador. As condições laborais adoitavam ser duríssimas e a mortalidade, por fome, frio, doenças, esgotamento ou torturas, alta.

A segunda modalidade achava-se representada polos Trabalhos em Regions Devastadas, consonte o Decreto do Ministério do Interior de 25 de Março de 1938. Em 1940 seique se encontravam empregados nestes trabalhos 2.034 presos, que se elevárom a 4.075 em 1943.

A terceira modalidade era a das Colónias Penitenciárias Militarizadas, argalhadas “para “benefício moral” dos penados e, sobretudo, para benefício do Estado e de determinadas empresas. Respondiam ao critério de utilizar o trabalho dos prisioneiros sob pretexto de compensar as “crescentes quantidades” que o governo destinava aos cárceres; e a militarizaçom do serviço justificava-se polo facto de os penados estarem a purgar a sua culpa em lugares situados longe das cadeias. Muitos destes trabalhadores fôrom empregados em obras hidráulicas em regime de prática servidume, do que tirárom especial proveito umhas oligarquias agrárias tradicionalmente reticentes a contribuírem à financiaçom de uns trabalhos de que eram as primeiras beneficiárias.

Mais frequente era, contudo, a exploraçom de mam de obra procedente dos Destacamentos Penais. Compunham estes destacamentos grupos mais ou menos numerosos de prisioneiros que eram contratados por entidades públicas, eclesiásticas ou, mais frequentemente, privadas. Os empresários a tirarem mais lucros destes operários à força fôrom os do ramo da construçom (por exemplo San Román e Banús, principais adjudicatários das obras

do Valle de los Caídos e com prometedor futuro, ao menos o segundo, no sector hostaleiro a desenvolver em fases posteriores da Ditadura). Também se beneficiaram as empresas mineiras, como as adicadas à extracção de wolfrâmio no nosso país.

Os Obradoiros Penitenciários constituíam umha fórmula de trabalho forçado no interior mesmo das cadeias. Criados em Abril de 1939, adicavam-se a labores de artes gráficas e carpintaria, entre outras. Construía m móveis para o Auxílio Social, bancos para igrejas, crucifixos para escolas...

Finalmente, existiam dentro dos presídios o que se conhecia como Destinos, quer dizer, trabalhos de mantimento nos seus diversos tipos: enfermaria, cozinha, economato, padaria, barbearia, escola, limpeza, fontanaria, electricidade, alvanelaria, carpintaria, escritórios, monaguilho, etc.

Na nossa terra estivérom representadas várias destas modalidades, nomeadamente os Batalhons Disciplinários, os Destacamentos Penais e mais os Destinos; e pode que algumha mais da que ares-tora nom temos notícia certa. À primeira categoria responde o Batalhom 28 (4ª companhia) com sede em Compostela empregado na construcção do campo de aviação de Lavacolha. Também, com toda provabilidade, o popularmente conhecido como campo de trabalho de Monteferro.

Do primeiro temos um testemunho oral emprestado por um dos seus integrantes, Pedro Gómez González: “Ali cometérom-se as canalhadas mais grandes; aquilo mandava-o um comandante de Engenheiros, o home mais desalmado que conhecim. Trabalhávamos oito horas cada Batalhom, um pola manhã e outro pola tarde. Para isso, o Batalhom da manhã tinha de estar formado às cinco. Davam-nos um caçolo de café e levavam-nos formados de cinco em cinco e colhidos das mans... Tínhamos que percorrer três kilómetros antes de chegarmos ao choio. O outro Batalhom entrava às treze horas, até às nove da noite. Quando nos davam a ceia, couves cocidas, eram já as onze da noite. O trabalho era abafante: tínhamos que cavar e carregar oito ou dez vagonetas de metro e meio de terra, e havia que levá-las por umha via, para irmos achançando uns outeiros. Roupa davam-nos mui pouca, e dinheiro nengum, a pesar de que aquelas obras as levava um contratista. Quando fugia algum companheiro, castigavam-nos a fazer instrucção logo do trabalho. Dous paisanos meus fugírom, e despois lêrom-nos no ‘parte’ que os pilhara a Guardia Civil na Estação de Leom, pero fixo que os matárom, porque ninguém soubo mais deles. A um outro paisano de meu, de Villaralto, Alfonso Luna, zoscárom-lhe com um pau que tinha umha pontinha e cravárom-lha no braço. Quando o levárom ao hospital de Santiago, morreu ao dia seguinte,

vítima de umha gangrena. Passava-se muita fome. O coitado a quem a família nom lhe mandasse algo, estava condenado a morte. Acobilhavam-nos numha antiga fábrica de curtir peles, através de cujo teito, pola noite, víamos as estrelas, atarecidos com o frio. O comandante ria ao ver-nos e chamava-nos ‘filhos da Pasionária’. Muitos companheiros já nom podiam trabalhar, porque nom tinham forças para andar e esvaíam-se”.

Verbo do campo de Monteferro (Nigrám), sabe-se que foi criado em 1938 com o objectivo de fazer a estrada até ao cume e instalar um campo de tiro e de baterias de canhões. A vigilância dos presos e instalaçons corria a cargo da Falange e mais o Exército e o número de trabalhadores flutuava segundo as épocas. Em Maio de 1938 eram vinte, todos eles com ofício reconhecido mália que com distinta qualificaçom: 4 marinheiros, 4 jornaleiros, 2 lavradores, 2 alvanéis, 5 peons, 1 fontaneiro, 1 sapateiro e 1 cabo da Armada. Algo mais da metade (11) eram galegos, com predomínio absoluto da Galiza litoral; o resto eram bascos (4), castelhano-leoneses (2), de Madrid capital (1), asturianos (1) e estremenhos (1). Seique ao remate da guerra fôrom enviados também a trabalhar ao campo diversos soldados que estiveram lutando na frente no bando nacional Com toda provabilidade trataria-se de recrutas considerados desafectos ou pouco fiáveis, o que corroboraria o carácter de batalhom disciplinário a que parece responder o enquadramento dos penados.

Quanto ao regime laboral, ajustava-se ao seguinte horário: diana às seis da manhã, limpeza de seis a sete, almoço às sete, trabalho de oito a doze e de umha a cinco da tarde (com jantar à umha), toque de silêncio às dez da noite. Os domingos eram considerados dias “francos”, polo que a diana se retrassava até às oito da manhã. Isso si, havia que assistir obrigatoriamente à missa das dez e meia.

Acham-se recolhidos ao menos um par de testemunhos orais referentes ao campo de Monteferro de outros tantos vizinhos do concelho de Nigrám: José Areal, ex-presos político, e Joam Manuel Alonso (a) O Reino, ex-soldado e combatente à força no Exército de Franco. Lembra o primeiro que “antes para subir ‘o monte había que ir por un carreiriño pequeno, despois da guerra viñeron presos de fóra a facer a estrada e tamén a montar as baterias de canóns, non había ninguén de aquí, eran de Bilbao, de Castela, algún de Moaña, lémbrome ben dun de Vigo que morreu abrindo caminhos”. Como pode notar-se, a sua apreciaçom sobre a procedência dos penados após 1939 nom é de tudo coincidente com que vímos mais arriba, relativa ao ano 38. Mas deve ter-se em conta que a composiçom geográfica dos integrantes do batalhom bem pudo

ter variado com o tempo. Também pode querer indicar o declarante com a expressom “non había ninguén de aquí” que nengum dos penados era propriamente de Nigrám ou da comarca do Val Minhor. Seja como for, das suas palabras desprende-se a dureza do regime de traballo, ao ponto de ter ocasionado a morte de um dos operários.

O segundo testemunho é o de um home que conheceu de perto o campo e o regime de trabalhos forçados despois da sua passage polo Exército franquista, onde nom se deveu amostrar mui entusiasta da Causa Nacional: “Había que ir traballar a Peinador para monta-lo aeroporto, a Monteferro, a face-las baterías ou estradas, ja traballar gratis!, ja pico e pala!. Eu fun un día de prestación despois da guerra a facer as baterías de Panxón e tamén era para abrir a estrada que leva ó cumio, o que máis había traballando eran presos de fóra, que os tiñan alí a pico e pala”.

Notável presença tivérom também na Galiza os Destacamentos Penais, o contributo laboral dos quais podia ser requerido polas empresas sempre que se tratasse de reclusos condenados a penas inferiores a doze anos e um dia. Como tem apontado Vítor Santidriám, “O labor realizava-se fóra das prisións, cando os presos eran traballadores especializados que ían a localidades onde había garantías de vigilancia e seguridade. Por outra banda, era obrigatorio que os reclusos pasasen a noite na prisión, ainda que podían comer no traballo, quedando prohibido todo contacto con outro tipo de obreiros (...) En Galicia concentrábanse en tres centros: cen traballadores para a empresa A. Mallorquín en Tuiriz (Lugo); quince estaban destinados no destacamento do Seminario de Ervedelo (Ourense), a cargo do Bispado e, finalmente, había douscentos cinquenta no destacamento de Silleda, en Fontao-Carbia, a cargo da empresa D. L. Pastora. Nas minas de wolfrámio de Casaio tamén houbo traballadores penados”.

Particular relevância revestiu, no tempo da II Guerra Mundial, a aplicación desta modalidade de traballo forçado nas famosas minas do Fontao (actualmente concello de Vila de Cruzes). O wolfrámio que delas se extraía constituía um importante rubro de exportação com destino um tanto escuro, pois hai indícios de que era subministrado a um tempo, por via legal ou ilegal, a ambos os bandos contendentes (lembre-se que o emprego deste mineral era vital para a fabricaçom de armamento). Para além disso, e um tanto ironicamente, seria no mesmo destacamento penal das minas que se iniciasse a reorganizaçom dos socialistas e comunistas galegos –por cadansua parte– na inmediata posguerra, a partir da confor-

maçom de células clandestinas entre os penados durante os primeiros anos quarenta. O jornalista e ex-combatente republicano Raimundo García Domínguez (a) Borobó foi testemunha excepcional do processo. Como também o foi Ramon de Valenzuela –trabalhador ele mesmo por um tempo nas minas– e se quadra o cenetista Luís Costa (a) Juan García Durán, que igualmente por ali passou. Tanto este como outros aspectos relativos às actividades da empresa mineira (estraperlo, trapicheos vários...) e às condições de vida dos trabalhadores (regime de trabalho, sobressoldos que percebiam apegum a sua conduta laboral, possibilidade para alguns de viverem com as suas famílias em barracons à parte; pernocta dos penados nas instalaçõs do complexo mineiro em contravençom da normativa vigente, etc.), tenhem recebido tratamento literário em obras de ficçom, nomeadamente *Era tempo de Apandar*, do devandito Valenzuela, e *La balada del wolfram*, de J. Farinha Jamardo.

Finalmente, outras obras e trabalhos fôrom realizados por presidiários galegos em regime nom de tudo esclarecido. Assi, por exemplo, alguns dos reclusos da Ilha de Sam Simom laborárom na fábrica textil propriedade de José Regojo (outro dos beneficiários do negócio da exploraçom de mam de obra forçada a baixo custo, a mais de fornecedor do Exército franquista) em Redondela; mentres outros colaboravam na construçom da estrada Vilaboa-Sam Adriam de Cobres, e outros ainda –estes si em actividade plenamente tipificada– nas oficinas e labores de mantimento do penal: isto é, em destinos. Também se erigiu com participaçom de força de trabalho penal a ponte da Ilha da Toja, o mesmo que as instalaçõs do aeroporto de Peinador. E traçarom-se diversas calçadas e estradas, entre as quais a popularmente chamada “estrada dos presos” nas cercanias do cimetério de Sam Amaro em Pontevedra¹⁸.

Como é sabido, a longa sombra dos trabalhos forçados e campos de concentraçom perseguiu os republicanos galegos até mais alá dos Pirineus. Como tantos outros anti-franquistas espanhóis, muitos dos nossos paisanos a passaram a fronteira trás a queda de Catalunha, em Fevereiro de 1939, fôrom internados em campos de concentraçom franceses e norte-africanos, quando nom integrados à força nas Companhias de Trabalhadores Estrangeiros (empregados nas indústrias de guerra e estratégicas em vésperas da invasom alemã) ou na Legiom Estrangeira. Um feixe deles acabaria, mesmo, nos campos de extermínio nazis (nomeadamente Mauthausen). Porém essa é outra história que cai fora do campo de análise do universo concentracionário franquista.

Notas

¹Francisco Moreno: “La represión en la posguerra”, em Santos Juliá (coord.): *Víctimas de la Guerra Civil*. Madrid, Temas de Hoy, 1999, pp. 288 e ss. A fonte oficial aludida é o Breve resumen de la obra del Ministerio de Justicia por la pacificación espiritual de España, publicado em 1946.

²Para os diversos aspectos tratados até aqui neste apartado, vid. Gregorio Sanz: *Uno de tantos. Cinco años a la sombra*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 1986, pp. 63, 67 e 111 (a esta última corresponde a alusom à cura de repouso no sanatório); Xerardo Díaz Fernández: *Os que non morreron*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 1985 (2ª ed.), pp. 21 e 24; Antonio Caeiro e outros: *Aillados: a memoria dos presos de 1936 na illa de San Simón*. Vigo, Ed. Ir Indo, 1995, pp. 20 e 256; Juan García Durán: *Pola liberdade. A loita antifranquista de Luís Costa*. Vigo, Eds. A Nosa Terra, pp. 87 e 88; Ramón de Valenzuela: *Era tempo de apandar*. Madrid, Akal, 1980, pp. 40 e 59 (hai umha ediçom mais recente: Vigo, Eds. A Nosa Terra, 1997); Diego San José: *De cárcel en cárcel*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 1988, pp. 209, 210; Evaristo Antonio Mosquera: *Cuatro años a bordo de una isla. Una extraña manera de vivir nuestra guerra civil*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 1984, p. 61; Isabel Ríos: *Testimonio de la guerra civil*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 1986, pp. 137, 165 e 174; Manuel Pillado: *Desde el mar que perdiste*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 2002, p. 275. As traduçons, quando precisas, som minhas, como ao longo de todo este livro. Algunhas destas obras, nomeadamente as de Caeiro, San José, Mosquera, Díaz e Valenzuela levam ilustraçons, polo geral de grande valor expresivo como apoiatura aos seus textos e a tudo o exposto nestas linhas. As informaçons relativas ao contexto espanhol procedem, como de costume, de F. Moreno: *Op. Cit.*, pp. 288 e ss.

³Os relatos referidos a Moanha e Cangas procedem de testemunhos orais recolhidos em X. M. González Fernández-M. Villaverde Román: *Moaña nos anos vermellos. Conflictividade social e política nun concello agrario e mariñeiro (1930-1937)*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 1999, p. 219; Xerardo das Airas Balsa: *Memorias da II República en Cangas*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 2002, pp. 214-215; e A. Caeiro e outros: *Aillados...*, cit., p. 115. O do Porto do Som, em X. Díaz Fernández: *Op. Cit.*, p. 63. Os da prisom d’A Corunha, em J. García Durán: *Op. Cit.*, pp. 25-26. Na p. 34 deste último, o episódio do Rupilanchas, tomado do original em Nueva Galicia (4 de Julho de 1937). Para o caso do M. Pillado, veja-se a sua autobiografia: *Desde el mar...*, cit., pp. 260-261. O dos látigos na prisom de Lugo, em G. Sanz: *Op. Cit.*, p. 108. O repertório de torturas e mais o relato da saída do cárcere dos condenados a morte, em D. San José: *Op. Cit.*, pp. 87 e 140-141 respectivamente. A evocaçom do doutor Poça Covas, em E. A. Mosquera: *Op. Cit.*, p. 56; e o assunto dos piolhos, em Carlos Pereira Martínez (ed.): *O que fixeron en Galicia. 1936*. Vigo, Eds. A Nosa Terra, 1998, p. 59.

⁴A arrepiante descriçom da angústia carcerária procede de X. Díaz Fernández: *Op. Cit.*, p. 68. Também em G. Sanz: *Op. Cit.*, pp. 43-44 encontramos elementos similares. Para as tentativas de linchamento de presos (produzidas quando estes se encontravam reclusos em “depósitos” provisórios doadamente assaltáveis, nom em prisons regulamentares), veja-se X. Díaz Fernández: *Op. Cit.*, p. 137; E. A. Mosquera: *Op. Cit.*, p. 58; A. Caeiro e outros: *Op. Cit.*, p. 115; G. Sanz: *Op. Cit.*, p. 45. Sobre os vira-chaquetas, D. San José: *Op. Cit.*, pp. 16 e 64; I. Ríos: *Op. Cit.*, p. 111; G. Sanz: *Op. Cit.*, p. 79. As sacas-extra nas cadeias de Madrid, igualmente em D. San

José: Op. Cit., pp. 102 e 131. A notícia do bombardeamento de Alacant, em Francisco Brotons Beneyto: *Memoria Antifascista*. Lizarra, Kalegorria Liburuak, 2002, p. 35. A citação literal de Ramon de Valenzuela, no seu relato autobiográfico *Era tempo...*, cit., p. 60. Por certo que este home, condenado a morte em 1941 por actividade política clandestina, também se contou entre os que padeceram incomunicação (cinquenta e nove dias, exactamente), ainda que afinal logrou salvar a vida. Acerca do padre Bonifácio, mais um espécime de clérigo assilvestrado de quem se conta que pressionava às autoridades para nom concederem determinados indultos e executarem as penas de morte, vid. I. Ríos: Op. Cit., pp. 119-124. Finalmente, testemunhos sobre violaçons de presas nos penais, em D. San José: Op. Cit., pp. 171-72 e 246.

⁵Vallejo Nágera foi durante a guerra civil Xefe dos Serviços Psiquiátricos do Exército nacional e, desde 1941, estivo vencelhado de maneira estável aos cursos de formação do Corpo de Prisons. Em 1938 recebeu autorização do Generalísimo para levar a cabo o seu projecto de investigação intitulado *Psiquismo del fanatismo marxista*, com o que buscava verificar empiricamente os seus postulados teóricos e, de passo, fazer um serviço ao Glorioso Movimiento Nacional. O seu material de trabalho fôrom 297 brigadistas internacionais presos e 50 reclusas do centro penitenciário de Málaga, e os resultados, salvo nalgumha que outra surpresa, confirmárom, como nom podia ser menos, as hipóteses iniciais, para alvoroço da “plana maior” do Estado franquista. Para esta questom veja-se o interessantíssimo artigo de Ricard Vinyes Ribas: “Construyendo a Caín. Diagnosis y terapia del disidente: las investigaciones psiquiátricas militares de Antonio Vallejo Nágera con presas y presos políticos”, em Ayer, nº 44 (2001), pp. 227-250 (as citaçons textuais nas pp. 237-238).

⁶Segundo dados do Ministério de Justiça, em 1941 havia 3.735 nenos internados em “centros benéficos” espanhóis. Em 1942 eram já 9.050. Muitos deles, nascidos dentro das prisons, foram literalmente sequestrados contra a vontade das suas nais. A consideraçon sobre os “apelidos infames”, em R. Vinyes: Op. Cit., p. 239, quem o toma de um escrito do próprio Vallejo.

⁷O episódio do Rios Gómez, em Manuel Astray Rivas: *Síndrome del 36*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 1992, p. 200. As cartas de Vilaboi e Gaioso podem consultar-se em Santiago Álvarez: *Memoria da guerrilla*. Vigo, Eds. Xerais, 1991, pp. 162-68 e 233-35; também em Bernardo Máiz: *Galicia na II República e baixo o franquismo*. Vigo, Eds. Xerais, 1989, pp. 215-17 (só a de Vilaboi) e em VV:AA.: *Os Anos Depois (1936-1953)*. Publicaçom especial do semanário *A Nosa Terra*, série “A Nosa História”, nº 2 (1987), pp. 59-60 (só a de Gaioso).

⁸Os testemunhos da inteireza dos condenados fôrom extraídos de G. Sanz: Op. Cit., p. 125; e D. San José: Op. Cit., p. 166. Idênticas consideraçons oferece R. Valenzuela: Op. Cit., p. 55. As cartas do Vítor Casas e o Brasilino Álvarez podem ver-se em VV:AA.: *Os Anos Depois*, cit., p. 57; a do Alexandre Bóveda, em VV:AA.: *Castelao e Bóveda Irmáns*. Publicación especial do semanário *A Nosa Terra*, série “A Nosa Cultura”, 1986, p. 112. As palavras de Villaverde, em Luis Lamela García: *Estampas de injusticia*. La guerra del 36 en A Coruña y los documentos originados en la represión. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 1998, p. 316, quem pola sua vez as toma do testemunho do dirigente do Partido Sindicalista Manuel Fernández. Sobre presos adoecidos ou que toleárom em prisom, vid. X. Díaz Fernández: Op. Cit., pp. 97 e 121; e A. Caeiro e outros: Op. Cit., p. 167. A escena da velhinha e mais o filho, igualmente em X. Díaz Fernández: Op. Cit., p. 81 (umha outra escena similar na p. 59).

⁹Sobre tensões e tira-puxas entre os presos, vid. X. Díaz Fernández: Op. Cit., pp. 37 e ss.. A informação dos suicídios na cadeia d'A Corunha, em J. García Durán: Op. Cit., pp. 87-88; e a dos de Sam Simom, em E. A. Mosquera: Op. Cit., p. 103.

¹⁰O comentário sobre O Cantino é da autoria do Xerardo Díaz Fernández: Op. Cit., p. 152. O medo a determinados guardas é testemunhado por A. Caeiro e outros: "[Alguns guardiáns] caracterizábanse pola crueldade coa que trataban os internos. Juan Álvarez Expósito recorda a Santiaguito (...) como un home moi duro que pegaba e maltrataba frecuentemente. Miguel Carro fala de Padín (...) con auténtico terror (...): 'Cando aquel home aparecia sabiamos que nada bo ía pasar. Recordo umha ocasiom em que lhe deu um couce a um pobre basco que o tirou polas escadas [abaixo]'" (Op. Cit., p. 245; por certo que aqui, na Ilha de Sam Simom, exerceu também como guardiám, por um tempo, o escritor Álvaro Cunqueiro). Para os diversos labores profissionais desempenhados nos cárceres, vid. A. Caeiro e outros: Op. Cit., pp. 31 e 52; D. San José: Op. Cit., pp. 155 e 249; E. A. Mosquera: Op. Cit., pp. 72 e 88; G. Sanz: Op. Cit., p. 131. O do bule-bule da leitura e estudo, em J. García Durán: Op. Cit., p. 43; e X. Díaz Fernández: Op. Cit., p. 93.

¹¹Testemunhos acerca da desigualdade de trato nas prisons, em G. Sanz: Op. Cit., pp. 48 (citação literal) e 105; D. San José: Op. Cit., p. 39; A. Caeiro e outros: Op. Cit., p. 245; R. de Valenzuela: Op. Cit., p. 40. (Por certo que nom era este um assunto exclusivo do sistema carcerário franquista, pois que no republicano acontecia outrotanto, segundo descrição de Elíxio Rodríguez no seu relato autobiográfico *Matádeo mañá*, Vigo, Eds. Xerais, 1994). Sobre dos velhos andaluzes de Sam Simom, E. A. Mosquera: Op. Cit., pp. 103-104; A. Caeiro e outros: Op. Cit., pp. 50-51 e 54; D. San José: Op. Cit., p. 159. Este último autor comenta oportunamente que "a Direcção Geral de Prisons e mais o tartufo Patronato da Mercé, dispuseram ailhar o mais possível as suas vítimas do sítio habitual das suas residências, e para isso, invertérom o mapa, de maneira que os andaluzes fossem a Galiza e Astúrias, os galegos, vascos e asturianos a Andaluzia, os castelhanos e estremenhos a Catalunha e Valência; os cataláns e valencianos, a Burgos, Astorga, Leom, Valhadolid e Santander" (p. 159, sublinhado meu), naturalmente "facturando-os" no trem correspondente nas infernais condições a que já temos aludido. O caso dos prisioneiros asturianos, em X. Díaz Fernández: Op. Cit., p. 157; e o dos bascos, em Caeiro e outros: Op. Cit., p. 34, e E. A. Mosquera: Op. Cit., p. 86. Para as tentativas de fuga de Sam Simom, vid. A. Caeiro e outros: Op. Cit., pp. 46-47; E. A. Mosquera: Op. Cit.: pp. 89-90. Para as de Santiago, X. Díaz Fernández: Op. Cit., pp. 90, 129 e 162; J. A. Tojo Ramallo: *Testimonio de una represión*. Santiago de Compostela, Julio 1936-Marzo 1937. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 1990.

¹²A expressom "triénio do terror" é de Francisco Moreno: Op. Cit., p. 369 e passim. Os episódios protagonizados polos avogados Iglésias Corral e Manuel Casás, em M. Lamela García: *Estampas...*, cit., p. 321; e A Coruña, 1936. *Memoria convulsa de una represión*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, p. 98. O de Reino Caamánho, em X. Díaz Fernández: Op. Cit., p. 89. Um relato das peripécias típicas de um julgamento-farsa pode ver-se nas pp. 107-112 desta última obra citada. Sobre a revisom de condenas, E. A. Mosquera: Op. Cit., p. 81; X. Díaz Fernández: Op. Cit., 129; I. Ríos: Op. Cit., p. 178; J. García Durán: Op. Cit., p. 90; D. San José: Op. Cit., pp. 146-47 e 157. A misteriosa expulsom de Salvador Etcheverría, no seu livro autobiográfico *Eclipse en España*. *Apuntes del diario íntimo de un diplomático de la República Española (1936-19...?)*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 1989, p. 24. Para os testemunhos acerca da frialdade e ratificação rotineira das penas de morte por parte de Franco (entre os quais o do "cunhadíssimo" Serrano Súñer), vid. Francisco Moreno: Op. Cit., pp. 323-24.

¹³O testemunho do Manuel Barros e mais a informação sobre o destino final dos implicados na trama delictiva, em A. Caeiro e outros: *Aillados...*, cit., pp. 22 e ss. A versom mais detalhada, incluindo apreciações sobre o envolvimento de “altas instâncias” neste sinistro episódio, em Carlos Pereira Martínez (ed.): *O que fixeron...*, cit., pp. 62-65. Umha miga divergente é a versom de D. San José: *Op. Cit.*, pp. 229-231. Segundo esta última, a actividade de Lago Búa e Mosteiro consistia em substituír, prévio pagamento, presos destinados ao pelotom de fusilamento por outros que nom o eram, falsificando as identidades.

¹⁴A presença de repressores portugueses é testemunhada por Ángel Fernández del Río, concelheiro canguês pola Frente Popular preso em Sam Simom, em A. Caeiro e outros: *Op. Cit.*, p. 115. Sobre a colaboração das duas ditaduras ibéricas, vid. A. Pena Rodríguez: *El gran aliado de Franco. Portugal y la guerra civil española*: prensa, radio, cine y propaganda. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 1998. Para a actuação do cónsul argentino em Vigo, Óscar Gómez, Carlos Pereira Martínez (ed.): *O que fixeron...*, pp. 62 e 78. Segundo o cronista anónimo deste relato (provavelmente Luís Seoane, consonte a hipótese mais estendida), havia em 1937 arredor de 1500 súbditos argentinos recrutados contra à sua vontade no exército de Franco, prévia destruição dos seus passaportes a cargo da Guardia Civil. Da mesma fonte procede a informação acerca da negativa dos diplomatas cubanos, mexicanos e uruguaio a agirem no mesmo sentido que o seu colega argentino. Tocante ao jornal *Redención*, podem ver-se algumas referências em D. San José: *Op. Cit.*, p. 90; assimesso no artigo de Ángela Cenarro: “La institucionalización del universo penitenciario franquista”, em C. Molinero, M. Sala, J. Sobrequés (eds.): *Una inmensa prisión. Los campos de concentración y las prisiones durante la guerra civil y el franquismo*, Barcelona, Crítica, 2003, pp. 133-153.

¹⁵Os testemunhos de Isabel Ríos e Juan García Durán podem consultar-se, como de costume, nos seus respectivos relatos autobiográficos, *Testimonio de la Guerra Civil*, cit., pp. 186-187 e *Pola Liberdade...*, cit., pp. 92-93. Igualmente o da Ana M^a Alvajar: *Soltando lastre. Memorias*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 2002, passim. O comentário de Sánchez Albornoiz filho, em “Cuelgamuros: presos políticos para un mausoleo”, incluído no volume colectivo editado por C. Molinero, M. Sala, J. Sobrequés: *Una inmensa prisión*, cit. pp. 3-17 (a citação literal na p. 9). O apontamento sobre a apresentação no quartel da Guarda Civil, etc. procede do artigo de Javier Rodrigo Sánchez: “Campos en tiempos de guerra. Historia del mundo concentracionario franquista (1936-1939)”, también incluído no livro anteriormente citado, pp. 20-36 (citação literal na nota nº 107, p. 280).

¹⁶Sobre as origes, caracterização, regime interno e mais aspectos concernentes aos campos de concentração, vid. Javier Rodrigo Sánchez: *Op. Cit.*, pp. 19-36 (as citações literais, com remarcados no original, nas pp. 20, 29 e 35-36); também Francisco Moreno: *Op. Cit.*, pp. 279-282. Os (des)qualificativos do teor de “horda de assassinos e foragidos”, “velhacos enganados” e “propaganda infame” procedem, ao parecer, do decreto fundador da Inspeção de Campos de Concentração de Prisioneiros. Umha referência algo mais ampla ao texto do mesmo pode consultar-se na página web www.asturiasrepublicana.com/libertad7.html. O cálculo das 700.000 vítimas dos campos espanhóis deve-se a Joan Llach: *Campos de Concentración en la España de Franco*. Barcelona, 1978. Javier rodrigo Sánchez, pola sua parte (*Op. Cit.*, p. 35), aponta 367.000 até Março de 1939, aos que haveria que engadir, devidamente revisados, os 140.000 estimados por Reig Tapia (*Ideología e historia. Sobre la represión franquista en la guerra civil*. Madrid, Akal, 1984) para a “ofensiva da vitória”. Finalmente, a expressom “dobregar e trans-

formar” é da autoria de Ricard Vinyes: “El universo penitenciario durante el franquismo”, em C. Molinero y otros (eds.): *Una inmensa prisión*, cit., pp. 155-175.

¹⁷ A informação acerca dos campos de concentraçom galegos está tirada mormente da página web www.asturiasrepublicana.com, cit., assi como de Javier Rodrigo Sánchez: “Campos...”, cit. Umha breve referênciã ao campo de Cedeira pode ver-se em X. M. Suárez: *O Alzamento de 1936 no norte da Coruña*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 1995 (2ª ed.), p.58. Outra, neste caso sobre Rianjo, em “Rianxo lembra os prisioneiros do campo de concentraci3n”, *A Nosa Terra*, nº 1100 (do 16 ao 22 de Outubro de 2003), p. 14. A testemunha do Manuel Barros a prop3sito de Camposancos, em A. Caeiro e outros: *Aillados...*, cit., p. 32. Sobre o campo de Celanova vid. D. Rodríguez Teijeiro: *Longa Noite de Pedra no Convento de San Salvador. Represi3n e reclusi3n en Celanova (1936-1943)*. A Corunha-Oleiros, Via Láctea, 1999; do mesmo autor, “La prisi3n del monasterio de Celanova, 1936-1943. Un an3lisis de la poblaci3n reclusa”, en Minius, IV,(1995), pp. 103-115. Tamb3m tem interesse a ediçom de do 3lbum de prisom de Luis Alonso Sánchez a cargo de Xesús Alonso Montero: *Prisi3n central. Celanova (1939-1940)*. Facsímile dun 3lbum dos presoss políticos. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 2003. Um coment3rio bastante ac3ido para umha reflexom acerca da orige e fasquia dos campos de concentraçom franquistas oferece-se no artigo de Nicolás Sánchez Albornoz: “Cuelgamuros...”, cit., p. 16. A juízo deste autor, a o orige destes campos tem carimbo militar e remonta-se à guerra de Cuba, nomeadamente ao sistema concentracion3rio estabelecido polo general Weyler para isolar a populaçom civil cubana do ex3rcito mambí (que por certo se saldou com dezenas de miles de mortos entre os “concentrados”). O seu modelo, j3 que logo, nom seriam os campos nazis senom este sinistro antecedente colonial.

¹⁸ As generalidades sobre o sistema de Redençom de Penas polo Trabalho, as suas modalidades, etc., em Ángela Cenarro: “La institucionalizaci3n...”, cit., passim (a citaçom literal na p. 136), e Francisco Moreno: *Op. Cit.*: pp. 336-342 (citaçom literal na p. 336). O testemunho de Pedro G3mez González a prop3sito do campo de Compostela-Lavacolla procede igualmente da obra de Moreno (p.339), o mesmo que as cifras sobre prisioneiros acolhidos ao r3gime de redençom que, pola sua vez tenhem a sua orige em J. M. Sabín: *Prisi3n y muerte en la España de postguerra*. Madrid, Anaya & Mario Muchnik, 1996 (2ª ed.). A informaçom relativa a Monteferro, em Juan A. González: *Nigr3n. Memoria dunha guerra, 1936-1939*. Vigo, Eds. do Cumio, 1998, pp. 219-224 (os testemunhos orais correspondem à p. 223). Sobre o trabalho nas minas do Fontao e a rorganizaçom socialista e comunista, vid. V3ctor Manuel Santidi3n Arias: *Historia del PCE en Galicia (1920-1968)*. A Corunha-Sada, Eds. do Castro, 2002, p. 272 (os remarcados som meus); Borob3: “O Exemplo de Roque Casas”, *A Nosa Terra*, nº 1.070 (do 20 ao 26 de Fevereiro de 2003), p. 35; Ramom de Valenzuela: *Era tempo...*, cit., pp. 77 e ss.; Juan Garc3a Dur3m: *Pola Liberdade...*, cit., pp. 107 e ss.